



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO - FAED
CURSO DE GEOGRAFIA - LICENCIATURA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ESTUDOS DE GÊNERO NA GEOGRAFIA:

Uma análise dos artigos da Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero

AMÁBILI FRAGA

FLORIANÓPOLIS, 2019

AMÁBILI FRAGA

ESTUDOS DE GÊNERO NA GEOGRAFIA:

Uma análise dos artigos da Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Geografia, do Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED, como requisito para a obtenção de título de Licenciado em Geografia.

Orientadora: Prof.a Dra. Rosa Elisabete Militz Wypczynski Martins

FLORIANÓPOLIS – SC

2019

AMÁBILI FRAGA

ESTUDOS DE GÊNERO NA GEOGRAFIA:

Uma análise dos artigos da Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero

Trabalho de conclusão de curso aprovado como requisito para obtenção do título de licenciado em geografia, no Curso de Graduação em Geografia do Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED, da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

Banca examinadora:

Orientadora:

.....
Prof.a Dra. Rosa Elisabete M. Wypczynski Martins
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro:

.....
Prof.a Dra. Ana Paula Nunes Chaves
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro:

.....
Prof.a Ma. Larissa Corrêa Firmino
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 18 de novembro de 2019.

Para Margarete e Valmir, obrigada por tanto.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a todas as mulheres que lutaram e reivindicaram pelos nossos direitos. Sem elas, nós não estaríamos ocupando e conquistando tantos espaços hoje. A vocês, meu muito obrigada.

Agradeço a meu pai e minha mãe, de coração, por sempre me incentivarem e me apoiarem. Eles estiveram presentes em todos os momentos da minha trajetória e vibraram desde a minha aprovação no vestibular, até hoje. Jamais desmereceram as minhas escolhas e fizeram de tudo para que eu fosse feliz com elas. Muito obrigada, amo vocês com todo meu coração.

A toda a minha família, principalmente, minha irmã Shauana, minhas avós, Placides e Benta – em memória de minha avó Benta, quanta falta me faz –, minhas tias e minhas primas Mariana, Fernanda e Bruna, muito obrigada. Sintam-se todas/os incluídas/os aqui, vocês fizeram com que eu conhecesse a melhor definição de família e apoio possível. A minha prima Fernanda, um agradecimento em especial, como pedagoga, prima e amiga, você me inspira e me incentiva a melhorar sempre, obrigada por compartilhar comigo esse amor pela educação.

Ao Lucas, meu amigo e companheiro, obrigada por estar aqui comigo. Obrigada por me incentivar, me apoiar e me tranquilizar nos momentos em que precisei. Por acreditar em mim e não deixar, em nenhum momento, que eu desacreditasse de mim ou do caminho que venho seguindo, obrigada. Por me presentear como parte de uma família maravilhosa, por todo auxílio, amor e cuidado, sou grata. Com você a vida se tornou mais leve, te amo!

A Carol, minha amiga e minha eterna dupla de faculdade, obrigada! Você compartilhou comigo todos os bons e maus momentos desse caminho. Esteve comigo na melhor experiência que tive a oportunidade de viver até hoje. Sempre sentirei saudades de Porto e de tudo o que passamos lá. Amiga, você me incentiva e me inspira, juntas encontramos nosso caminho dentro da graduação e devo muito a você por estar aqui hoje. Te amo muito, obrigada. A Gabrielle, uma das pessoas mais amáveis que já tive o prazer de conhecer. Amiga, agradeço por me dar o privilégio de ser sua amiga, obrigada por todos os aprendizados e momentos compartilhados. Ter você nessa trajetória só enriquece o meu caminho com boas experiências, obrigada por tudo, te amo!

As minhas amigas Thais e Ananda, com vocês eu cresci, amadureci e pude me tornar quem eu sou hoje, obrigada por estarem na minha vida. A Emilly, Bianca, Ana Luiza e ao Lucas Z., obrigada por fazerem parte de todo esse caminho, vocês são luz. Amo muito vocês.

Agradeço a Professora Rosa, a quem tenho muita admiração e estima. Obrigada por todos os ensinamentos e por ser minha tutora desde o início da minha graduação, por todas as oportunidades e pelo reconhecimento sempre. Sou grata pela dedicação incondicional dentro e fora do LEPEGEO, o qual tenho muito orgulho de fazer parte e que foi de imensa importância nas minhas escolhas dentro da universidade. No laboratório pude conhecer pessoas incríveis que compartilham o amor e a dedicação pela geografia e pela educação, com elas/eles tive a oportunidade de crescer como futura professora e pessoa. Para minhas amigas e colegas de LEPEGEO, Angel e Larissa, obrigada por fazerem parte dessa caminhada, dentro e fora do laboratório. Sempre compartilhando ensinamentos e dividindo momentos especiais, vocês são maravilhosas! Lari, obrigada de coração por todo o cuidado e atenção nos momentos em que precisei de ajuda nessa caminhada de escrita.

As professoras Larissa Corrêa e Ana Paula Chaves, por aceitarem o convite de fazer parte da minha banca, obrigada! Vocês foram muito importantes na minha graduação e são professoras por quem tenho imenso apreço e respeito.

Por fim, a todas as pessoas que cruzaram o meu caminho durante esses cinco anos de graduação, permanecendo aqui, ou não, sejam esses/as amigos/as, colegas e professoras/es, que de alguma forma tornaram a minha trajetória mais rica, somando experiências e conhecimentos comigo, muito obrigada.

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tampouco a sociedade muda.”

Paulo Freire (2000)

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso de Geografia Licenciatura constitui-se de uma pesquisa que tem como tema central analisar como a categoria de gênero e a sua abordagem estão inseridas na Revista Latino-americana de Geografia e Gênero. A revista, criada em 2009, publica artigos científicos na área da geografia, gênero e sexualidades, desenvolvendo o conhecimento teórico e metodológico desse campo de saber. Esse trabalho analisou as produções científicas do periódico, entre os anos de 2010 e 2019, a fim de relacionar os estudos de gênero com a educação geográfica. Para tal, essa pesquisa caracteriza-se como qualitativa, tendo como metodologia a pesquisa bibliográfica, no qual, inicialmente, construiu-se um referencial teórico que abarcasse a trajetória dos estudos de gênero ligado a teoria feminista e sua importância nos diferentes espaços de ensino, assim como na ciência geográfica. Os artigos presentes na revista foram apreciados de forma minuciosa, sendo selecionados doze artigos para serem trabalhados, utilizando como indicadores de análise o Ensino de Geografia e a Educação. Levando em consideração as especificidades de cada trabalho selecionado, foi possível analisar como a categoria de gênero é trabalhada em tais recortes dentro da revista. A partir das análises realizadas verificou-se que ao levar as questões de gênero para dentro das salas de aula, nos deparamos com um ambiente escolar ainda muito carente desses debates. Constatou-se que, embora as pesquisas dentro do campo dos estudos de gênero venham ganhando mais espaço e crescendo no campo acadêmico e no ambiente escolar, essas ainda são pouco representativas principalmente no que tange o ensino de geografia.

Palavras-chave: Gênero; Educação; Ensino de Geografia; Estudos Feministas; Geografias Feministas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Docentes por sexo em cursos superiores de Geografia.....	30
Figura 2: Titulação de docentes na área da Geografia, por sexo.	30
Figura 3: Relação entre o número de artigos publicados por homens e mulheres na Geografia, de 1978 a 2008.....	31
Figura 4: Capa Revista Latino-americana de Geografia e Gênero.....	37

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1: Artigos da Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero selecionados para análise	35
Tabela 2: Artigos selecionados para a categoria de análise Educação	39
Tabela 3: Artigos selecionados para a categoria de análise Ensino de Geografia.....	48

LISTAS DE ABREVIATURAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FAED	Centro de Ciências Humanas e da Educação
GETE	Grupo de Estudos Territoriais
LEPEGEO	Laboratório de Estudos e Pesquisas de Educação em Geografia
MEC	Ministério da Educação
PML	Prefeitura Municipal de Londrina
RLAGG	Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SML	Secretaria Municipal de Lages
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFR	Universidade Federal de Rondonópolis
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNESPAR	Universidade Estadual do Paraná
UNIPLAC	Universidade do Planalto Catarinense
UNIR	Universidade Federal de Rondônia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	METODOLOGIA.....	14
3	ESTUDOS DE GÊNERO: ASPECTOS DE UMA EDUCAÇÃO PARA AS DIVERSIDADES	16
3.1	O MOVIMENTO FEMINISTA E AS QUESTÕES DE GÊNERO.....	16
3.2	AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO ESPAÇO ESCOLAR	20
4	AS RELAÇÕES E OS ATRAVESSAMENTOS DAS QUESTÕES DE GÊNERO NA CIÊNCIA GEOGRÁFICA.....	24
4.1	GEOGRAFIAS FEMINISTAS: O LUGAR DE ENCONTRO ENTRE O GÊNERO E SUAS ESPACIALIZAÇÕES	24
4.2	A PRESENÇA FEMININA NA CIÊNCIA GEOGRÁFICA NO BRASIL	28
4.3	OS ESTUDOS DE GÊNERO NO ENSINO DE GEOGRAFIA.....	32
5	EDUCAÇÃO E ENSINO DE GEOGRAFIA: UMA ANÁLISE	35
5.1	A REVISTA LATINO-AMERICANA DE GEOGRAFIA E GÊNERO.....	37
5.2	A EDUCAÇÃO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE	38
5.3	O ENSINO DE GEOGRAFIA COMO CATEGORIA DE ANÁLISE.....	48
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
	REFERÊNCIAS.....	57

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa de conclusão do curso de Geografia Licenciatura do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina – FAED/UDESC e tem como **tema central** analisar como a categoria de gênero e a sua abordagem estão inseridas na Revista Latino-americana de Geografia e Gênero.

Durante minha jornada na graduação no curso de Geografia Licenciatura atuei como bolsista no Laboratório de Estudos e Pesquisas no Ensino de Geografia (LEPEGEO), que me proporcionou trabalhar em todos os âmbitos da tríade universitária. Ao permear por projetos de ensino, pesquisa e extensão, minha trajetória acadêmica foi se voltado para os estudos ligados ao ensino de geografia. Com o crescente interesse por leituras feministas e na luta contínua por ocupar meu espaço como mulher, futura professora e geógrafa, me aproximei dos estudos de gênero nas mais diversas áreas do conhecimento e, conseqüentemente, no campo da Geografia. Nesse momento, nascia ali o meu interesse em investigar a categoria de gênero e suas possibilidades dentro da geografia.

Desde a primeira onda do movimento feminismo, com as manifestações do movimento sufragista na virada do século XIX, no qual as mulheres foram às ruas para reivindicar seu direito ao voto, a questão do gênero é levantada para que possa se discutir os seus papéis na sociedade contemporânea. Mas é a partir da década de 60 que, de fato, se iniciam os estudos da mulher, a partir das discussões políticas trazidas por militantes feministas dentro das universidades e escolas (LOURO, 2004). As diferenças físicas e biológicas entre os sexos foram usadas ao longo da história para inferiorizar e invisibilizar mulheres em relação aos homens. Com o passar dos tempos e com a emergência dos estudos de gênero, estudiosas feministas passaram a rejeitar o determinismo biológico implícito nas relações sociais, lançando mão do um caráter fundamentalmente político e social das distinções baseadas unicamente no sexo. Dessa forma, as diferenças entre os sexos passam a ser vistas para além de uma questão biológica, ou seja, como um produto das culturas produzidas a partir da biologia dos corpos, e, por esse motivo fez-se necessário a discussão sobre o gênero como uma categoria de análise, possibilitando tal compreensão como uma construção social, com a finalidade de desnaturalizar a opressão feminina. (REIS, 2015).

Trilhado esse caminho, assumimos a conceituação de gênero como adotada por Scott (1995), que se refere ao modo como as diferenças sexuais entre homens e mulheres são construídas. Esta construção estaria ligada às particularidades socioculturais, que se modela de forma distinta para homens e mulheres, no qual é estabelecido o que é considerado feminino e masculino, bem como o que é destinado a cada um deles. Seria, assim, o conhecimento a respeito das diferenças sexuais e tudo o que é constituído a partir das relações sociais. É importante salientar que a questão de gênero não é negar a biologia dos corpos, pois nos constituímos sobre corpos sexuados, mas sim de que maneira nos construímos social e historicamente a partir desses corpos construídos por tais características biológicas.

No atual momento político e histórico, as discussões de gênero são cada vez mais pautadas e colocadas em discussão dentro do âmbito acadêmico, escolar e na sociedade em geral. Ainda se reproduz um modelo, em que, no século XXI, mulheres e homens recebem tratamentos diferentes e as relações traçadas a partir disso refletem cotidianamente na ocupação e transformação dos espaços.

A ciência geográfica tem como objeto de estudo do espaço, para tal, utilizamos as cinco categorias geográficas que auxiliam na compreensão da ação humana modelando a superfície terrestre (REIS, 2015). Essas categorias são compreendidas por: espaço, lugar, paisagem, região e território. O espaço geográfico se forma e se transforma a partir das relações sociais. Ele é gerado a partir do trabalho desempenhado por homens e mulheres. O trabalho define a natureza social do espaço e as formas como este é apropriado, devendo ser analisado como produto social, no qual a coletividade transforma o meio com base no trabalho, “esse processo determina a gênese social do espaço geográfico” (REIS, 2015, p. 21).

A sociedade contemporânea é representada pela diversidade dos sujeitos e pela maneira com que ocupam esse espaço. A apropriação desse ocorre, muitas vezes, de forma distinta, excluindo e segregando. Nessa dinâmica hierárquica e generificada, as diversidades fundam desigualdades (COSTA, 2011).

Para dar conta de todas essas questões, minha pesquisa tem como **problemática**: qual a potência educativa das produções científicas da Revista Latino-americana de Geografia e Gênero sobre os estudos de gênero e como possibilitam movimentar outras geografias?

Apresentada a problemática, tem-se como **objetivo geral** analisar a produção científica da Revista Latino-americana de Geografia e Gênero acerca dos estudos de gênero e sua relação com a educação geográfica. Para alcançar tal objetivo de forma efetiva elenco

alguns **objetivos específicos** que permearão o caminho trilhado durante a elaboração desse trabalho. *Identificar* a trajetória dos estudos de gênero ligado a história do movimento feminista contemporâneo e sua relevância nos diferentes espaços de ensino; *compreender* qual a importância dos estudos de gênero no âmbito da geografia; e, por fim, *realizar* um mapeamento dos artigos que abordem os estudos de gênero, tendo como indicadores de análise as categorias de educação e ensino de geografia, na Revista Latino-americana de Geografia e Gênero.

Esse estudo caracteriza-se como qualitativo, tendo como **metodologia** a pesquisa bibliográfica. A Revista Latino-americana de Geografia e Gênero foi selecionada como material empírico de análise, possuindo no sistema Qualis/Capes, nota B1 na área da geografia. Assim, a organização metodológica se iniciou pela escolha do periódico, a construção de um referencial teórico que englobasse os conhecimentos necessários para o desenvolvimento dela, uma investigação minuciosa dos artigos presentes nos volumes da revista e o mapeamento de um recorte para análise do material. Com base na leitura prévia dos títulos e resumos dos conteúdos da revista, optamos por utilizar como indicadores de análise o *ensino de geografia* e a *educação*. Esse recorte resultou num total de doze artigos, publicados entre 2010 e 2019.

A partir da metodologia, esse trabalho se divide em três capítulos. Os dois primeiros apresentam o referencial teórico desenvolvido para o trabalho. Inicialmente são trabalhados os estudos de gênero dentro da educação, a partir de um breve histórico dos movimentos feministas até o início dos estudos de gênero e sua atuação no âmbito escolar. O capítulo seguinte aborda tais estudos relacionados à ciência geográfica a partir da ocupação do espaço geográfico, seguido da importância dos estudos de gênero também na geografia escolar. Finalmente, o último capítulo traz as análises feitas a partir das categorias pré-selecionadas para o desenvolvimento da pesquisa. No qual os artigos receberão um olhar mais atento e detalhado, podendo ser sintetizados e dessa forma, será possível alocar as pesquisas de maneira concisa com o objetivo, levando em consideração as especificidades de cada artigo selecionado, podendo analisar como a categoria de gênero é trabalhada em tais recortes dentro da revista.

2 METODOLOGIA

Esse estudo se caracteriza como um trabalho qualitativo, utilizando como metodologia a pesquisa bibliográfica. Na pesquisa qualitativa não existe uma preocupação com a representatividade numérica, mas, sim, com a compreensão e interpretação das questões abordadas na produção de conhecimentos acerca de fenômenos humanos e sociais.

Na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações (SILVEIRA; CÓRDOVA apud. DESLAURIERS, 2009, p.31).

Busca-se, assim, uma justificativa para os acontecimentos, sem quantificar as trocas simbólicas, visto que os dados analisados não são métricos (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009). Já a escolha pelo método bibliográfico se dá em função de esse ser fundamentado em materiais obtidos a partir de documentos escritos, ou seja, fontes bibliográficas.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Essa pesquisa se sustenta na análise de artigos já publicados, a fim de captar informações existentes e, baseado nisso, produzir novos dados e conhecimentos. Minha escolha de material empírico de análise foi a Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero, por ser um periódico específico da área da geografia, que trabalha com questões de gênero e sexualidade. Eleito o instrumento e aliado à ânsia de pesquisar sobre as questões de gênero dentro da educação geográfica, entramos na etapa de seleção das categorias a serem examinadas.

Sendo assim, no campo de pesquisa disponível no site do periódico elegemos como indicadores de busca as seguintes palavras: educação, ensino, educação geográfica, ensino de geografia e escola. A pré-seleção de trabalhos resultou num total de 247 artigos, que tiveram seus títulos e resumos previamente lidos, e a partir dessa primeira análise, alicerçada aos objetivos dessa pesquisa, foram selecionados doze artigos. A RLAGG é dividida em sessões de

artigos, entrevistas, LES Online, Movimentos Sociais e resenhas nas suas edições. Para a realização dessa pesquisa, foram selecionados apenas materiais presentes na sessão de artigos. A revista possui dezenove volumes, do ano de 2010 até 2019, com duas publicações por ano, exceto no ano de 2019, no qual o segundo volume ainda não está disponível. Os trabalhos indicados estão presentes em diferentes volumes da revista, não sendo necessário um recorte temporal menor que o tempo de vigência do periódico. Os artigos foram previamente investigados e a partir da leitura introdutória dos títulos, resumos e palavras-chave, foi possível a indução de duas grandes categorias que englobassem todos esses trabalhos para a realização das análises. As categorias de análise elencadas para realizar essa pesquisa e, posteriormente, alcançar meu objetivo geral foram: *Educação e Ensino de geografia*.

Cabe ressaltar nesse momento que, para mim, a compreensão de educação geográfica se dá a partir de Callai, sendo essa:

A possibilidade de tornar significativo o ensino de um componente curricular sempre presente na educação básica. Nesse sentido a importância de ensinar geografia, deve ser pela possibilidade que a disciplina traz em seu conteúdo que é discutir questões do mundo da vida. Para ir além de um simples ensinar, a educação geográfica considera importante conhecer o mundo e obter e organizar os conhecimentos para entender a lógica do que acontece. Isso remete a fazer um aprendizado significativo, a partir dos conteúdos da matéria de ensino escolar (2011, p. 128).

Dessa forma, a geografia escolar tem buscado dar conta das mudanças da sociedade, questionando metodologias convencionais e reafirmando novas. Essa, deve ressaltar os conhecimentos ligados ao cotidiano e que permitem a reflexão, e não mais aquela ciência baseada em memorização dos conteúdos. Para que os ensinamentos sejam de fato significativos, é importante que o/a professor/a seja detentor/a do conhecimento geográfico e reconheça a educação geográfica como uma ciência feita no cotidiano, e não só limitada ao ambiente escolar.

Para dar continuidade a pesquisa, os doze artigos serão divididos baseados nas categorias elencadas e analisados dada a compreensão de cada uma delas, assim, será possível investigar de forma minuciosa sua relação com a educação geográfica. O detalhamento sobre o levantamento dos dados empíricos pode ser visto no capítulo cinco desta pesquisa, que foi destinado às análises detalhadas sobre a leitura do material pesquisado.

3 ESTUDOS DE GÊNERO: ASPECTOS DE UMA EDUCAÇÃO PARA AS DIVERSIDADES

Currículos, avaliações, linguagens e normas são elementos constitutivos da escola e estão naturalizados de maneira que impossibilitam, por vezes, o questionamento e a reflexão de como essas atividades podem contribuir para a construção de desigualdades. Existe, nesse modelo, a conformidade de aceitar o que foi imposto histórico e culturalmente como “natural”. Quando propõe-se trabalhar com gênero no ambiente escolar, preconiza-se que as/os estudantes admitam a construção das diferenças e trabalhem para a compreensão da identidade dos sujeitos que ocupam esses espaços.

Baseado em Furlani (2016), o conceito de gênero e a maneira como este é empregado e proposto nessa pesquisa entende gênero como os estudos que relacionam homens e mulheres, bem como as masculinidades e feminilidades e reconhece que a formação dos sujeitos é a soma de identidades igualmente importantes, como raça, etnia, classe social, etc. assumindo uma identidade que é mutável e assente que as definições feministas são produzidas relacionadas com a perspectiva pós-estruturalista. De acordo com Peters (2000, p. 10) O pós-estruturalismo deve ser visto como um movimento que, sob a inspiração de Friedrich Nietzsche, Martin Heidegger e outros, buscou descentrar as “estruturas”, a sistematicidade e a pretensão científica do estruturalismo, criticando a metafísica que lhe estava subjacente e estendendo-o em uma série de diferentes direções, preservando, ao mesmo tempo, os elementos centrais da crítica que o estruturalismo fazia ao sujeito humanista.

Com isso, esse capítulo tem o objetivo de trazer um breve histórico do movimento feminista e o início do uso de gênero como uma categoria de análise a partir dos estudos feministas, explorando a influência da corrente de pensamento pós-estruturalista no avanço desses estudos. Além disso, serão trabalhadas as questões de gênero dentro do ambiente escolar e a importância dessas indagações na educação.

3.1 O MOVIMENTO FEMINISTA E AS QUESTÕES DE GÊNERO

Quando falamos de gênero, falamos também da história do movimento feminista. Para tal discussão, trago um breve histórico desse movimento. No Brasil, as lutas feministas

tiveram início no século XIX, reconhecida como a primeira onda, surgindo a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Buscava-se, assim, lutar pelo direito ao trabalho e pelo sufrágio feminino¹, buscando o direito ao voto. Tal movimento teve grande repercussão em inúmeros países ocidentais. Nessa fase as lutas eram, em geral, capitaneadas por mulheres brancas e de classe média. Em 1970 tem início a segunda fase de disputas, no qual, além do direito ao trabalho, as mulheres lutaram contra a violência sexual e contra a ditadura militar. Nesse período, no Brasil, no ano de 1975 nasce o Movimento Feminino pela Anistia e também o jornal Brasil Mulher, que ficou em circulação por cinco anos (RIBEIRO, 2018). A militância feminina se fez presente também dentro das universidades e é nesse contexto de lutas políticas, na segunda onda do movimento feminista, que surgem então os primeiros estudos da mulher (LOURO, 1997).

O feminismo possibilitou a crítica aos modelos de dominação e subordinação da mulher, demonstrou as desigualdades sociais entre homens e mulheres no acesso ao direito à educação, ao voto, ao patrimônio familiar, à justiça, ao trabalho, a bens materiais etc.; questionou as representações acerca do “ser mulher” e do “ser feminino” (FURLANI, 2016, p. 58).

No início do movimento era imprescindível para as feministas que estavam na luta, que as mulheres deixassem de ser ocultadas e passassem a se tornar seres visíveis, inclusive dentro das universidades. Essa invisibilidade era determinada a partir dos discursos que sentenciavam mulheres e homens, tendo o espaço da mulher era limitado ao doméstico. De fato, muitas mulheres já haviam lutado para superar e derrubar essa barreira, e, com a força do movimento mais e mais mulheres começaram a ocupar diferentes espaços, como lojas e hospitais. Porém, tais atividades, em grande parte, eram comandadas e dirigidas por homens (LOURO, 1997). Para perceber e compreender as relações de homens e mulheres em determinado espaço, é preciso atentar ao que é socialmente construído sobre os sexos, assim, gênero se torna uma categoria necessária para análise dessas relações (LOURO, 1997).

A partir de Scott (1995) percebemos que a categoria gênero ultrapassa as diferenças sexuais entre os corpos. Para a autora o que toca no real sentido da palavra é a construção das significações culturais para tais diferenças, se formando as relações hierárquicas. Gênero, para Scott, foi teorizado como uma categoria, tal como raça e classe social, utilizada para a análise

¹ O movimento sufragista foi um amplo movimento ocorrido em vários países democráticos do mundo, entre o fim do século XIX e o início do século XX, para organizar a luta das mulheres pelo direito ao sufrágio (voto).

das relações de poder (REIS, 2015). Ao refletir sobre o conceito e transcendê-lo para a escola, identificamos as relações hierárquicas que se formam dentro de tal espaço.

As diferenças sexuais entre mulheres e homens de fato existem, mas o gênero que falamos aqui está para além do significado biológico, mas imerso em um cenário político e identitário. Essa visão biológica vem sendo criticada pelo movimento feminista desde as discussões referentes ao direito reprodutivo da mulher, que traz um padrão de uma conduta heterossexual, tomada como normalidade (LOPES, 2015). O determinismo biológico foi por vezes usado para que as desigualdades entre homens e mulheres fossem justificadas e aceitas. Dessa forma, segundo Rossini:

Gênero é um conceito que identifica o tipo de relação social que se estabelece entre homens e mulheres, determinada pela cultura em que vivemos. As relações de gênero são socialmente construídas e, como tal, específicas de cada formação social que por sua vez sofre alterações econômicas e culturais. O termo sexo é diferente de gênero, pois diz respeito às diferenças biológicas entre homens e mulheres. Igualdade e equidade de gênero, quando falamos em igualdade de gênero, estamos aplicando essa definição às relações sociais entre mulheres e homens. Nesse sentido, a igualdade de direitos de oportunidades e acesso aos recursos bem como a distribuição equitativa das responsabilidades relativas a família são indispensáveis ao bem estar social. Equidade de gênero refere-se a igualdade de oportunidades, ao respeito pelas diferenças existentes entre homens e mulheres e as transformações das relações de poder que se dão na sociedade em nível econômico, social, político e cultural, assim como a mudança das relações de dominação na família, na comunidade e na sociedade em geral. Preconceito de gênero chamado também de sexismo, o preconceito de gênero é uma atitude social que diminui ou exclui as pessoas em geral as mulheres, de acordo com o seu sexo. Relacionado ao pensamento e aos hábitos individuais e sociais, envolve atitudes que afetam o comportamento e, frequentemente, nem são percebidas (2006, p.18).

Adoto aqui gênero como formador de identidade dos sujeitos, no qual “compreendemos os sujeitos como tendo identidades múltiplas; identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias” (LOURO, 1997, p.24), rejeitando, assim, as relações sexistas que se formam pela não aceitação do conceito de gênero como entendido nesse trabalho.

Os estudos de gênero, nessa pesquisa, se insere numa perspectiva teórica pós-moderna. O movimento feminista e vertente teórica pós-estruturalista, compartilham críticas e indicam limitações nas formas de organização social. Sendo esse estudo traçado pelo pós-estruturalismo, que abre possibilidades para críticas aos sistemas explicativos e também as explicações universais a respeito das identidades, dos gêneros e das sexualidades, ele problematiza as formas tradicionais do que é admitido como ciência, atenta-se à centralização

do poder em uma só fonte e desconstrói as oposições binárias no que se refere ao gênero (LOURO, 1997).

Uma importante crítica trazida pelos estudos pós-estruturalistas faz menção às oposições binárias, se instalando uma hierarquia de pares opostos (FURLANI, 2016). Nos estudos que dizem respeito à categoria de gênero é necessário desconstruir a oposição binária masculino/feminino. Para Scott (1995), é repetido o pensamento polarizado sobre os gêneros, no qual a sociedade encara homens e mulheres como polos opostos, ocorrendo uma relação de dominação/submissão. “No jogo das dicotomias diferem e se opõem e, aparentemente cada um é uno e idêntico a si mesmo. A dicotomia marca, também, a superioridade do primeiro elemento” (LOURO, 1997, p.31). Toma-se aqui como indispensável desconstruir, ou seja, questionar esse caráter binário, principalmente quando falamos de homens e mulheres, afinal, existem homens e mulheres que não diferem apenas no sexo biológico, mas também entre si, com identidades diferentes, de raça, cor e classe distintas. Quando se exalta as diferenças entre os seres, o que é reivindicado é que tais sujeitos diferentes sejam reconhecidos em suas singularidades.

Para compreensão de como as identidades formam os sujeitos, exponho aqui as diferenças de identidade de gênero e identidade sexual. A identidade sexual se constitui a partir de como vivemos nossa sexualidade, ou seja, se nos relacionamos com pessoas do mesmo sexo ou não, de ambos os sexos ou nenhum. Quando nos reconhecemos como feminino ou masculino, formamos, assim, nossa identidade de gênero, histórico e socialmente. “Tanto na dinâmica do gênero como da sexualidade – as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento” (LOURO, 1997, p.27). As identidades estão sempre se formando e se modificando, elas não são imutáveis.

Num mundo em que os homens, brancos, heterossexuais e cristãos são considerados a norma, todas as pessoas que desviam desse padrão são consideradas como diferentes. No decorrer da história de nossa sociedade, tal padrão de masculinidade sempre reinou e esteve à frente em todos os espaços da sociedade, inclusive do lar, no qual quem realizava todas as tarefas eram as mulheres. É por esses motivos que hoje se escreve a história das mulheres e não dos homens, afinal de contas, essa já é a história oficial (LOURO, 1997).

Desde a conquista do voto, as mulheres vêm ganhando espaço em todas as esferas da sociedade, por mais que esses avanços ocorram de forma lenta, muitos passos já foram avançados e muitos espaços conquistados por elas. Assim como os estudos referente as

mulheres, os estudos de gênero também estão cada vez mais presentes, tanto na sociedade, quanto nos espaços educativos, porém, ainda vemos grande resistência quando falamos em levar gênero para as salas de aula. Dessa forma, assumimos a importância das pesquisas referentes a esses temas e a necessidade de levar esses estudos para as mais diferentes áreas do ensino. É importante que a história do movimento feminista seja difundida, assim as diferenças de gênero passam a ser reconhecidas e as desigualdades diminuídas.

3.2 AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO ESPAÇO ESCOLAR

A escola que temos hoje tem sua historicidade ligada ao final da idade média e à organização da sociedade moderna (PETITAT, 1994). Desde o seu início, está ancorada em mecanismos de disciplina e controle que, por muito tempo, se transformou em um espaço de produção de segregação, exclusivo para uma determinada classe social, no qual uma imensa maioria da população não tinha acesso à escola e era analfabeta.

Com um sistema extremamente autoritário e conservador, a escola separava, inicialmente, adultos e crianças, católicos de protestantes, ricos e pobres, e até meninas e meninos. Foi um período marcado por desigualdades com uma rígida organização espacial da sala de aula, com rotinização das atividades e padronização de normas disciplinares, que contribuía para reforçar as diferenças. De acordo com Louro:

A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o "lugar" dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas. Através de seus quadros, crucifixos, santas ou esculturas, aponta aqueles/as que deverão ser modelos e permite, também, que os sujeitos se reconheçam (ou não) nesses modelos. O prédio escolar informa a todos/as sua razão de existir. Suas marcas, seus símbolos e arranjos arquitetônicos "fazem sentido", instituem múltiplos sentidos, constituem distintos sujeitos. (1997, p.58)

Ao perceber a escola e seus espaços, podemos identificar que a formação dos sujeitos está associada ao cotidiano escolar. Os diferentes espaços presentes nela não são projetados da mesma forma por todas e todos (LOURO, 1997). Os ensinamentos que acontecem nesse ambiente também se dão de uma forma em que as diferenças se fazem presentes. Esse processo de ocupação dos espaços se interioriza nas escolas e se naturaliza, esses ambientes são "disputados" por meninas e meninos, eles/elas se locomovem e se agrupam de forma

dissemelhante, eles parecem necessitar de mais espaço, assim como optar, preferencialmente, pelas práticas ao ar livre (LOURO, 1997).

É na escola que os/as estudantes começam a formar suas identidades, que as atitudes de meninas e meninos são absorvidas. “Ali se aprende a olhar e a se olhar, se aprende a ouvir, a falar e a calar; se aprende a preferir” (LOURO, 1997, p. 61). Essa dinâmica, que por muito tempo foi naturalizada, passa a ser questionada e surgem movimentos que buscam mudanças de paradigmas e uma escola voltada para a diversidade dos/das estudantes oriundos/as de contextos diferentes e realidades distintas. Com isso, o que é tomado como natural passa a ser questionado. “Afinal, é “natural” que meninos e meninas se separem na escola, para os trabalhos de grupos e para as filas? É preciso aceitar que “naturalmente” a escolha dos brinquedos seja diferenciada segundo o gênero?” (LOURO, 1997). É necessário não apenas questionar o que é ensinado dentro desses espaços, mas também a forma como nós, professores e professoras, ensinamos. Como esses/as estudantes aprendem? Como acontecem as relações sociais, culturais e afetivas na escola? Todos estes questionamentos necessitam estar acompanhados de um processo de autocrítica que contribua para repensar o papel da escola. No dia a dia, estamos presos/as a alguns vícios de linguagem, como das formas sexistas de tratamento, que, por vezes, utilizamos em sala de aula. Ao se referir a uma turma, é comum que se use tratamentos masculinos. Com isso, será que as meninas se sentem incluídas? Elas realmente estão incluídas?

Os movimentos feministas põem em voga essa discussão há muito tempo, buscando banir esse hábito nas falas. No Brasil, contudo, ainda há uma grande resistência das pessoas, que, por vezes, criticam a luta, visto que as normas para a língua portuguesa ainda estão imersas em uma cultura patriarcal e machista, considerando corretas apenas formas gramaticais que priorizam os pronomes masculinos. Porém essa questão, além de gramatical, é estrutural, resultado de uma cultura que vêm sendo construída e imposta durante muitos anos, como vem sendo discutido nesse texto. É necessário reconhecer que ao tratar meninas e meninos a partir de pronomes de tratamento masculinos, toma-se como regra que as meninas devem se reconhecer nessa fala e tal ato é naturalizado.

Ao pensar nos materiais que dão suporte para os aprendizados dentro da escola, não é novidade que o livro didático é muito utilizado em sala de aula e que está disponível ao acesso dos/das estudantes. Com isso, é importante questionar como estão sendo veiculadas, neste material, as questões e conteúdos que envolvem a temática do gênero. É necessário que o/a

professor/a esteja atento/a ao problematizar estas pautas que são atravessadas pelos livros didáticos. Esse material vem sendo examinado e questionado no que diz respeito às questões de gênero, questões étnicas e de classes também. Dentro deles pode-se observar dois mundos completamente distintos, o masculino e o feminino. Eles são representados por linguagens e imagens, dessa maneira os livros regulam e modelam os sujeitos em sala.

É preciso que eles/elas se reconheçam nesse ambiente escolar, meninas ou meninos, e que se sintam incluídos/as. Trazer para as salas de aula discussões que vão desde os tratamentos utilizados, até produção e reprodução das concepções de gênero e sexualidade que invadem esses lugares, buscando-se interferir na manutenção dessas práticas dentro da escola.

Para que possamos pensar em qualquer estratégia de intervenção é necessário, sem dúvida, reconhecer as formas de instituição das desigualdades sociais. A sensibilidade e a disposição para se lançar a tal tarefa são indispensáveis, mas as teorizações, as pesquisas e os ensaios provenientes dos Estudos Feministas (e também do campo dos Estudos Negros, dos Estudos Culturais, dos Estudos Gays e Lésbicos) podem se tornar elementos muito importantes para afinar o olhar, estimular inquietações, provocar questões. (LOURO, 1997, p. 86)

Admitindo então que a escola não apenas transmite e produz conhecimento, mas sim que ela forma seus sujeitos, é preciso reconhecer que essa formação se dá a partir de relações desiguais, através da manutenção de grupos separados (LOURO, 1997). Mais importante do que reconhecer essas práticas é questioná-las e discuti-las, é dar suporte para que os/as estudantes compreendam a importância de estudar estas temáticas e saibam que homens e mulheres têm os mesmos direitos e têm que ser reconhecidos/as na sociedade num patamar de igualdade. Ao trabalhar com essas discussões na escola e problematizar as relações de poder empregadas nesse lugar, dá-se espaço e visibilidade para as diferentes identidades, para que tais sujeitos possam se conhecer e se reconhecer.

No que diz respeito à inclusão das discussões de gênero nos documentos oficiais da educação, temos o caso da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que define os direitos de aprendizagem e as competências a serem desenvolvidas pelos/as estudantes em cada modalidade da Educação Básica e é um documento que irá nortear a organização dos currículos escolares. Homologada em dezembro de 2017, a BNCC foi alvo de intensos debates nos últimos três anos. Além de críticas ao processo de organização e construção do texto da base, a questão da diversidade foi outro ponto de conflito. Foi suprimido da terceira versão do documento os temas referentes a gênero e orientação sexual,

os quais deixaram de compor os objetivos de conhecimento do documento. Com isso, o CNE acatou por sugestão do MEC esta retirada e justificou que a temática gênero foi alvo de muitas controvérsias, e que os debates acerca de gênero poderiam ser aprofundados, posteriormente.

Os defensores da retirada das discussões de gênero na BNCC alegavam que trabalhar essa temática poderiam afetar as famílias e a integridade intelectual e moral dos/as jovens. Outro ponto defendido por essa parcela da população afirmava que gênero como categoria construída socialmente não se sustenta pela falta de embasamento teórico. Pode-se notar que para esse grupo, o determinismo biológico ainda é o que constitui os sujeitos.

Por outro lado, houve uma grande defesa da inclusão dessa temática no documento, principalmente no meio acadêmico. Como ponto favorável, essas discussões combateriam as discriminações, o respeito aos direitos humanos e a formação de uma sociedade menos desigual (DAHER, 2018). Hoje vemos uma forte polarização de ideias quando falamos em gênero e sexualidade, e por vezes isso tem se tornado um impasse, criando uma grande barreira nos avanços referentes às pautas sociais. Apesar da retirada desses termos da BNCC, ainda há a presença de competências que trabalham as questões relacionadas a diversidades, na qual, a partir dessas aberturas é possível trabalhar a temática de gênero a partir de uma perspectiva de transversalidade. Acreditamos que é possível criar lacunas para problematizar em sala de aula as temáticas e pautas que não estão previstas na BNCC, sendo fundamental, portanto, buscar dentro dos espaços escolares a igualdade e o respeito aos direitos humanos, formando estudantes aptos a reconhecerem as desigualdades e a combatê-las.

4 AS RELAÇÕES E OS ATRAVESSAMENTOS DAS QUESTÕES DE GÊNERO NA CIÊNCIA GEOGRÁFICA

Os estudos de gênero, por demasiado tempo, foram rejeitados como um elemento de diferenciação social durante a evolução da geografia como ciência e seus ensaios acerca das relações espaciais. Ou seja, a sociedade era constituída por pessoas sem que as diferenças entre homens e mulheres fossem questionadas ou levadas em consideração. No momento atual, a geografia tem incorporado em pesquisas a categoria de gênero, mesmo que tardiamente, reconhecendo que esses estudos auxiliam na compreensão da ocupação do espaço (REIS, 2015). Com a análise do espaço, a geografia pode compreender as historicidades dos arranjos sociais.

Desempenhar essa análise social apoiada nos estudos de gênero possibilita compreender as diferentes formas de ocupação do espaço pelos diferentes grupos sociais que se apropriam do mesmo. Assim, esse capítulo irá problematizar a ausência dos estudos de gênero na geografia, ao analisar essa como uma ciência hegemônica e masculina tanto na produção científica, como na ausência da presença das mulheres no mercado de trabalho. Por fim, abordará essas questões no ensino de geografia.

4.1 GEOGRAFIAS FEMINISTAS: O LUGAR DE ENCONTRO ENTRE O GÊNERO E SUAS ESPACIALIZAÇÕES

Fundamentada em Silva (2009, p. 94), dou início a esse estudo com alguns esclarecimentos referentes ao gênero como categoria de análise e também como ferramenta de compreensão das relações espaciais, que são de suma importância para a compreensão dos diálogos que serão estabelecidos:

1. Os estudos de gênero não podem ser confundidos com estudos de mulheres. A abordagem das feminilidades é a mais comum e evidente, mas também existem estudos sobre as masculinidades e as vivências chamadas “trans.”, ou seja, aquelas que não se encaixam no padrão instituído pela heteronormatividade;
2. O conceito de gênero se opõe radicalmente a utilização da categoria mulher, já que esta se apresenta como essencializada a partir da diferença biológica, ao passo que o conceito de gênero agrega a dimensão social e cultural da diferença sexual. Implica adotar a perspectiva da construção social dos gêneros e, ao mesmo tempo, negar sua universalidade, incorporando as dimensões temporal e

- espacial na análise científica;
3. Utilizar o conceito de gênero, que implica uma postura relacional dos universos femininos e masculinos, não leva à necessidade de análises comparativas envolvendo homens e mulheres, embora haja uma tradição deste perfil de produção científica. A dimensão relacional que a ideia de gênero concebe é a compreensão de que os seres não estão isolados e estáticos e que os recortes sociais estabelecidos no processo de pesquisa devem ser considerados de forma relacional e processual na estrutura socioespacial a que pertencem;
 4. A utilização do conceito de gênero como uma ferramenta de compreensão do espaço social não significa o engajamento político nas epistemologias feministas. A identidade feminista no campo científico é também uma construção social em permanente processo, aberto e provisório [...];
 5. A adoção da perspectiva feminista da produção do conhecimento geográfico não pode ser associada à percepção imediata de corpos que praticam o conhecimento. Assim como há mulheres que se enquadram perfeitamente no modo de produzir conhecimento moderno, pautado pelo saber masculino, há homens que estão praticando as epistemologias feministas, incorporando um discurso libertador na forma de projetar a vida, a ética, a política e a ciência.

A ciência geográfica é marcada por privilégios, no qual quem não se encaixa no padrão masculino, branco e heterossexual acaba por ter suas espacialidades menos expressas, como acontece com as mulheres. Para compreender essa invisibilidade, é necessário perceber que o discurso geográfico hegemônico e naturalizado cria barreiras para as indagações produzidas pelas diversidades em suas mais diversas espacialidades. Porém, essas minorias vêm ganhando força e espaço ao buscar um contrapoder a essa normatização (SILVA, 2009). Nessa lógica, surgem as geografias feministas, que buscam “desafiar a crença fundamentalista da universalidade do saber geográfico estabelecido, por meio da reivindicação de novas versões científicas” (SILVA, 2009, p. 26). Nessa geografia o gênero e suas espacializações podem se justapor. Esse movimento se manifesta com muito mais força nas universidades europeias, enquanto no Brasil, essa mobilização ainda é pouco expressiva e possui pequena influência no discurso geográfico (SILVA, 2009).

Dentre os vários movimentos sociais emergentes nos anos 60, o movimento feminista, notadamente aquele reconhecido como a “segunda onda”, foi fundamental para a inspiração da ação de geógrafas que iniciaram um movimento interno à geografia nos anos 70, sob a perspectiva de três objetivos principais: construir a igualdade entre homens e mulheres no âmbito da disciplina; centrar as investigações geográficas sobre as mulheres; e desafiar as filosofias, conceitos e metodologias que sustentavam a hegemonia da geografia masculina (SILVA, 2009, p.27).

Inúmeras geógrafas, a partir do movimento feminista, se debruçaram em pesquisas voltadas em qualificar os estudos de gênero dentro da área da geografia, assim como promover outras cientistas nas instituições acadêmicas. Mas, apesar do esforço, a presença feminina nesses espaços era baixa quando comparado com outros campos de estudos e

pesquisas. Também era perceptível a ausência das mulheres como protagonistas destas pautas e de pesquisas. Na geografia humana, as relações de gênero eram desprezadas como conteúdo, ignorando a existência de uma sociedade composta por homens e mulheres. Notava-se o negligenciamento das pesquisas femininas, mantendo o domínio masculino e prejudicando o avanço das mulheres (SILVA, 2009). A geografia era considerada um conhecimento masculino, e para que as mulheres pudessem praticar tal ciência, era necessário que aceitassem e utilizassem as referências masculinas.

As denúncias femininas nessa época ainda estavam ligadas às descrições das distinções entre os gêneros, relacionando-se as diferenças corpóreas. Essas pesquisas, que se deram até final dos anos de 1970, se restringiam ao reconhecimento de padrões espaciais das práticas femininas. Ainda assim, essa fase foi de grande valor, visto que as mulheres desafiaram a hegemonia masculina, evidenciando as mulheres na ciência geográfica (Silva, 2009). É importante salientar que nesse período as lutas feministas ainda eram, primordialmente, de mulheres brancas de grandes universidades e que, ainda hoje o protagonismo dessas mulheres é evidente quando comparado com a participação de mulheres negras e indígenas na ciência. Como consequência, nos anos de 1980 se desfaz a noção de gênero a partir do determinismo biológico e os estudos feministas passam a ser motivados dentro de uma perspectiva marxista e pela noção do patriarcado, que pode ser compreendido como um “sistema de relações hierarquizadas no qual os seres humanos detêm poderes desiguais, com a supremacia da autoridade masculina sobre a feminina em diversos aspectos da vida social” (SILVA, 2009, p.33).

Nesse momento, gênero deveria abarcar as relações de dominação e subordinação, em que as lutas de classe estavam ligadas as questões de gênero, implicando na extinção das opressões femininas. A abordagem dos estudos feministas a partir da ótica do patriarcado desconsiderava grandes contextos históricos e espaciais, se tornando generalizada ao falar das relações entre homens e mulheres e reforçava a posição de vítima por parte dessas. O uso do conceito de gênero nas geografias feministas possibilitou que os estudos teóricos e metodológicos avançassem, no qual o espaço passa a ser um importante ponto de entendimento das relações de gênero. Logo “cada organização espacial é produto e condição das relações de gênero instituídas socialmente, contudo, hierarquizada, com primazia dos homens em relação as mulheres” (SILVA, 2009, p. 35).

Com a evolução das geografias feministas a partir da adesão do conceito de gênero,

expandiram-se os estudos não só das feminilidades, mas também das masculinidades. Porém, com o crescimento do número de mulheres pesquisando tal tema, tornou-se comum a produção de estudos tendo como prisma o papel feminino na formação do espaço. Com base nisso, os estudos de gênero foram alvos de críticas, julgados como estudos apenas femininos e produzido por mulheres, em que haveria, sem exceção, um comparativo dos papéis. Essa ideia errônea acabou isolando, por muito tempo, as pesquisadoras da área.

O enfoque feminista envolvendo a concepção de gênero enquanto construção social de papéis a serem desempenhados por homens e mulheres permitiu às análises geográficas evidenciar que as características das relações de gênero variam de acordo com diferentes espaços e escalas. Assim, as áreas das geografias urbana, econômica e política foram campos férteis de desenvolvimento de estudos por parte das geógrafas feministas (SILVA, 2009, p.37).

Desenvolveram-se trabalhos a partir das relações entre os gêneros e os espaços urbanos, assim, as cidades se tornaram grandes campos de investigações feministas, pela possibilidade de análise dos aspectos tanto econômicos quanto sociais do dia-a-dia das mulheres, embora restrito a uma pequena escala (SILVA, 2009). De acordo com esses estudos feministas, a organização espacial das cidades se deu de forma desigual, no qual as áreas referentes ao capital, ou seja, a força de trabalho, foram voltadas as práticas masculinas, e as ligadas ao social, sendo essas as funções que envolvem o lar e a família, foram relacionadas às práticas femininas.

Esse movimento feminista recebeu críticas por parte das mulheres negras por conta do protagonismo de mulheres brancas e de classe média, evidenciando que dentro do movimento também existem relações hierárquicas de classe e raça entre as mulheres. Nesse sentido, da mesma maneira que as mulheres brancas lutaram por igualdade frente a hegemonia masculina, na década de 70, as mulheres negras reivindicaram, nesse momento, o reconhecimento das suas produções e de seus espaços.

O reconhecimento das diferenças entre as mulheres não exclui uma unidade de interesse comuns ao grupo, já que, mesmo frente às mais variadas criações sociais das feminilidades e das masculinidades, ainda persistem as noções de inferioridade das mulheres enquanto grupo social, reforçando a ideia de que o reconhecimento das diferenças fortalece a luta feminista ao invés de enfraquece-la (SILVA, 2009, apud. MCDOWELL, 1991b).

A intenção dos estudos feministas é pesquisar e estudar o que é ser mulher desde a antiguidade até o contemporâneo, como essa categoria se diversifica nos diferentes espaços e tempos e a maneira como é regulada pela cultura dentro da sociedade. Nas palavras de Bell

Hooks (2019), o feminismo é um movimento para acabar com o sexismo, exploração sexista e opressão, e é a isto que nossas pesquisas servem. Desnaturalizamos o que é ser mulher por meio da categoria de gênero, pois queremos popularizar cientificamente que esta é uma construção social e cultural, e não designada naturalmente porque somos fêmeas. Espacialmente isso implica em dizer que mulheres não deve ocupar somente espaços privados, mas também públicos, etc. É necessário reconhecer que, mesmo com a intenção de abarcar todas as mulheres, dentro dos estudos feministas cada uma assume seu lugar de fala, a partir de suas experiências e vivências quanto as suas questões de identidade, raça, etnia, sexualidade e classe social. A luta de mulheres brancas, de classe média em países considerados ‘desenvolvidos’, é diferente da luta que as mulheres negras, de classe baixa, em países subdesenvolvidos enfrentam. Uma não desmerece nem diminui a importância das outras, mas essa união e o reconhecimento dessas diferenças fortalecem a luta pela igualdade perante a supremacia masculina. O foco desses estudos são as desigualdades entre homens e mulheres para a busca de novos pontos de encontro de interesses, significados, linguagens e a representação da definição de gênero (REIS, 2015).

A concepção de gênero a partir da perspectiva pós-estruturalista trouxe para os estudos de gênero novas possibilidades a partir das análises do espaço como uma unidade importante nas concepções feministas. Esse espaço, concebido como social, material e dinâmico, necessita de uma investigação da sociedade e da natureza, assim como o resultado da correlação de ambas. “A análise do espaço requer as noções conceituais construídas acerca da espacialidade, valorizando a formação da consciência territorial, interpretando as territorialidades” (REIS, 2017, p.31). São nas territorialidades que as localidades se estruturam a partir das ações vivenciadas, permitindo estabelecer os agentes sociais, buscando não somente identificar elementos que a compõem, mas ressaltar as subjetividades, considerando que a compreensão do espaço também leva em consideração as relações dos sujeitos.

4.2 A PRESENÇA FEMININA NA CIÊNCIA GEOGRÁFICA NO BRASIL

O movimento feminista latino-americano é considerado um dos mais fortes do mundo, já que essa luta promove reflexões teóricas e grande ativismo político em busca de uma

sociedade igualitária por meio das relações de gênero. Certos acontecimentos sociais não eram tema de estudos aprofundados por essa ciência, como a feminização da pobreza, o aumento do número de mulheres como responsáveis principais pelos seus lares, as migrações femininas, a participação ativa de mulheres nos movimentos camponeses, como o Movimento dos Sem-Terra, e o as desigualdades geradas entre homens e mulheres em decorrer da globalização (SILVA, 2009), hoje, a geografia brasileira já vem incorporando esses estudos, mesmo que de forma tardia.

A construção de um novo saber na geografia numa perspectiva feminista era um desafio, visto que todos os conceitos trabalhados foram construídos a partir do pensamento masculino. Todavia, a supremacia sempre irá apresentar rupturas e a partir delas é possível construir novos saberes (SILVA, 2009).

De acordo com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a partir da interpretação de Silva (2009, p. 61), de 20.586 bolsas de iniciação científica que foram oferecidas pelo Governo Federal em 2007, 56% foram designadas as mulheres. Ainda no mesmo ano, 52% das bolsas de mestrado foram destinadas as estudantes femininas, bem como elas também conquistaram 50% das bolsas de doutorado. Esses dados mostram que as mulheres vêm cada vez mais ocupando seu espaço no meio científico, esse avanço deve ser considerado notável, levando em conta que as mulheres conquistaram o direito ao voto só em 1932. Segundo o Ministério da Educação, em 2006, o Brasil possuía 22.101 cursos superiores, em 2.270 instituições diferentes. Do corpo docente dessas universidades 44,5%, dentre 316,882 professores/as, são mulheres, das mais diversas áreas de formação. Quando analisamos o corpo discente dessas universidades, em 2006 eram 4.676.646 no total, e desses/as, 55,72% eram mulheres. As estudantes femininas também são as que mais concluem o ensino superior, sendo, do total de formandos do ano de 2006, 60,57% mulheres, enquanto só 39,43% foram homens.

Na geografia, os dados do Ministério da Educação, através do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), apontam a existência de 438 cursos, divididos em habilitação em bacharelado e em licenciatura. Dos docentes que atuam nessa área, 46,4% são doutores/as e 38,5% mestres/as.

Figura 1: Docentes por sexo em cursos superiores de Geografia.

Curso	Docentes	Feminino	Masculino	% de mulheres	% de homens
Geografia: formação de professores	2.637	1.285	1.352	48,7	51,3
Geografia: bacharelado	2.033	910	1.123	44,7	55,3
Total	4.670	2.195	2.475	47,0	53,0

Fonte: Silva (2009, p. 62 apud. INEP – SINAIES, 2008).

Figura 2: Titulação de docentes na área da Geografia, por sexo.

Cursos	Doutorado			Mestrado			Especialização			Graduação		
	Total	%F	%M	Total	%F	%M	Total	%F	%M	Total	%F	%M
Geografia Formação de Professores	343	41,7	58,3	1306	51,7	48,3	832	48,5	51,5	156	40	60
Bacharelado em Geografia	942	41,7	58,3	784	50,5	49,5	183	43,7	56,3	124	33	67

Fonte: Silva (2009, p. 63 apud. INEP – SINAIES, 2008).

As Figuras 1 e 2 mostram que, mesmo com um maior número de homens na categoria de doutorado, as mulheres ainda ocupam grande espaço nessas áreas de formação, existindo um equilíbrio entre ambos. Percebe-se assim, que a crescente participação das mulheres na academia não gerou novos questionamentos acerca da inexistência das suas próprias especialidades (SILVA, 2009). Uma das razões para essa dinâmica pode se dar pelo seu ingresso recente, sendo significativo nas décadas de 80 e 90, dentro dos espaços universitários, dificultando o questionamento das teorias e conceitos já naturalizados e reconhecidos na academia. A presença de geógrafas na construção das suas especialidades ainda não alterou as estruturas de poder a ponto de se tornar uma questão de interesse de estudo para a ciência geográfica, porém, “as mulheres já são agentes de conhecimento científico e pedagógico! Assim, é fundamental que a realidade socioespacial feminina seja contemplada como objeto de estudo na geografia brasileira” (SILVA, 2009, p. 65).

Conforme Silva (2009), quando falamos em produção científica sobre questões que

relacionam gênero e mulheres em periódicos avaliados pelo CNPq, Sistema Qualis, entre os anos de 1939 e 2008, a autora verifica a baixa presença desses temas em periódicos avaliados com Qualis A, havendo apenas a presença de cinco artigos. Se a categoria de gênero e a análise dessa na produção do espaço não é considerada, ainda, um objeto de estudo na geografia, esse fato pode-se dar pela falta de mulheres como pesquisadoras e autoras nessa área. Ao fazer uma análise da produção científica por sexo, em periódicos selecionados, Silva (2009) verifica que, os homens não só possuem maior número de artigos, mas também são superiores em produtividade.

Figura 3: Relação entre o número de artigos publicados por homens e mulheres na Geografia, de 1978 a 2008.

Número de artigos publicados	Mulheres	Homens
Acima de 16	0	2
11 a 15	1	1
9 a 10	1	3
7 a 8	5	4
5 a 6	8	5

Fonte: Silva (2009, p. 68 apud. Grupo de Estudos Territoriais)

É possível verificar que existe a feminilização da geografia como ciência no Brasil e que as mulheres são agentes de conhecimento, apesar disso, a geografia feminina ainda não se diferencia da produção científica masculina, contribuindo pouco o reconhecimento das espacialidades femininas.

No caso da geografia brasileira, a determinação da consagração do discurso científico brasileiro está centrada na concepção masculina, operacionalizada por homens a partir da captação da centralidade em postos hierarquicamente mais importantes que os das mulheres. Contudo, é importante ressaltar que, se a ordem do discurso geográfico brasileiro é masculina, as mulheres, ao operacionalizar os conceitos já consagrados, acabam também por determinar a invisibilidade de temas e abordagens de gênero na sua prática (SILVA, 2009, p. 75).

Mesmo com todos esses aspectos ganhando força e espaço na sociedade e também dentro das universidades, a categoria de gênero, como já discutido, ainda se mostra bastante ausente nos debates da geografia. Apesar disso, o campo científico tem incorporado cada vez mais os trabalhos femininos. Esses dados demonstram que o número da presença feminina tanto no corpo discente das universidades quanto no corpo docente vem crescendo cada vez

mais e se fazendo presente dentro desses espaços, bem como a qualificação dessas, tanto no mestrado quanto no doutorado.

4.3 OS ESTUDOS DE GÊNERO NO ENSINO DE GEOGRAFIA

Por ser uma ciência que busca desenvolver nos cidadãos a consciência dos seus direitos e deveres, é importante que a geografia promova discussão e estudos com temas relacionados à produção do espaço e às reações que são produzidas neste espaço.

A geografia escolar se constitui como um componente do currículo, e, seu ensino, se caracteriza pela possibilidade de que os estudantes percebam a singularidade de suas vidas e, reconheçam a sua identidade e o seu pertencimento em um mundo que a homogeneidade apresentada pelos processos de globalização trata de tornar tudo igual. É, portanto uma matéria curricular que encaminha a compreender o mundo e, às pessoas a se entenderem como sujeitos neste mundo, reconhecendo a espacialidade dos fenômenos sociais (CALLAI, 2011, p. 129).

Dentro do ensino de geografia vemos que as questões de gênero trazem a identidade feminina nos livros didáticos, por vezes, como números e gráficos, representadas através dos territórios subdesenvolvidos, ou seja, as mulheres são trazidas como objetos que reforçam os discursos históricos de gênero. Essas mulheres, dentro dos materiais didáticos de geografia, se traduzem muitas vezes como responsáveis pelas taxas de natalidade (TONINI, 2002).

No século XVIII, as políticas relacionadas ao controle de crescimento populacional eram direcionadas exclusivamente às mulheres, como controle de natalidade, planejamento familiar e número de nascimentos por habitante, como se as mulheres fossem única e exclusivamente responsáveis por tal crescimento. Esse discurso naturalizava para mulher, para além de responsável pela concepção, o papel principal de maternidade (TONINI, 2002).

A Geografia moderna, segundo Tonini (2002), traz o universo do trabalho ainda como um mundo masculino, no qual os homens saem para o dia a dia do trabalho, enquanto as mulheres cuidam da casa e dos filhos, ou ocupam funções desiguais a esses. Reflexo esse do surgimento da sociedade industrial.

A identidade que a família moderna inventou para as mulheres ainda tem validade na atualidade, pois muitas das características desse discurso parece que ainda permanecem nas imagens publicadas nos livros didáticos de geografia, em que, invariavelmente, o pai está no trabalho, enquanto a mãe está em casa com os/as filhos/as; se ela está no mercado de trabalho, os serviços se assemelham às tarefas domésticas; se ela está no comércio, os postos de comando são masculinos; se sua

atividade é remunerada, esta é desigual – os homens, mesmo que desempenhando a mesma atividade no setor privado, recebem salários mais altos (TONINI, 2002, p. 67).

Podemos perceber que tal prática ainda está instaurada na sociedade do contemporâneo, na qual, por mais que as mulheres tenham os mesmos direitos que os homens, os discursos ainda resistem e dão a mulher primeiramente o papel de mãe e dona de casa. Na sociedade capitalista eles possuem situações semelhantes, considerando que tanto um como o outro são trabalhadores/as remunerados/as (TONINI, 2002) e mesmo ao assumir cargos de mesma importância, essas mulheres recebem salários inferiores aos dos homens por serem consideradas menos capacitadas, ainda que essas ações sejam veladas.

Para refletir sobre tais questões, a geografia pode possibilitar a compreensão das complexidades humanas utilizando de temas considerados transversais, como é o caso dos estudos de gênero. Nesses estudos é possível trazer para a educação escolar temas que tragam reflexões sociais.

Por serem questões sociais, os Temas Transversais têm natureza diferente das áreas convencionais. Tratam de processos que estão sendo intensamente vividos pela sociedade, pelas comunidades, pelas famílias, pelos alunos e educadores em seu cotidiano. São debatidos em diferentes espaços sociais, em busca de soluções e de alternativas, confrontando posicionamentos diversos tanto em relação à intervenção no âmbito social mais amplo quanto à atuação pessoal. São questões urgentes que interrogam sobre a vida humana, sobre a realidade que está sendo construída e que demandam transformações macrosociais e também de atitudes pessoais, exigindo, portanto, ensino e aprendizagem de conteúdos relativos a essas duas dimensões (MEC/SEF, 1998, p. 26)

Quando se trabalha gênero na geografia, é necessário um olhar atento para a desconstrução de estereótipos que reforcem as desigualdades entre os gêneros, auxiliando na formação de estudantes conscientes de uma sociedade plural.

Ao tratar da produção espacial, a geografia busca atingir uma neutralidade em suas abordagens, porém, essa neutralidade acaba assumindo a óptica de uma sociedade patriarcal de dominação masculina, dando invisibilidade à mulher (SILVA, 2003). Para reconhecer a mulher como detentora do espaço, assim como os homens, é necessário prestar atenção nos grupos que foram marginalizados. Quando trazemos as discussões de gênero para a geografia, podemos fazer uma relação entre as relações de poder advindas dessa categoria e problematizar como essas se dão na ocupação do espaço.

Tanto na educação básica quanto no ensino superior, a geografia possui margem para trabalhar as questões de gênero. Os movimentos sociais que vem ganhando força, lutando

pelos direitos de mulheres, gays, travestis e outros, dão amparo para as discussões de gênero dentro da geografia, a partir do reconhecimento das diversidades e de que maneira essas ações modelam o espaço, assumindo-a como uma ciência que estuda as relações que ocorrem no mesmo. A geografia oferece aos estudantes formas de compreender e intervir na realidade social, ou seja, permite reconhecer como a sociedade se relaciona com a natureza na construção dessa localidade. Sendo assim, essa ciência como disciplina busca formar cidadãos conscientes do seu papel na formação do espaço (COSTA, 2011). Cabe ao/a professor/a, para além da disciplina, deter do conhecimento para trabalhar as questões de gênero dentro do ensino de geografia e cabe à escola fornecer um ambiente que respeite as diversidades.

Sendo assim, podemos trabalhar gênero a partir da desconstrução dos materiais didáticos que por vezes trazem a temática resumida a gráficos e imagens que mostram mulheres expressas em dados de taxas de natalidade e fecundidade, ou envolvidas em trabalhos referentes ao lar ou profissões inferiores às masculinas. As questões econômicas e do trabalho também podem ser discutidas a partir das diferenças salariais e diferentes oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho. Bem como as questões sociais que, além dos movimentos sociais, trazem as questões de violência contra a mulher, o uso de drogas, a prostituição, entre outras. Posto isso, todos os temas que possibilitam a problematização das desigualdades produzidas a partir das diferenças entre os sexos e que interferem na produção do espaço são pautas que podem ser tratadas na geografia como disciplina, incumbindo ao/a professor/a conhecer a temática e encontrar formas dinâmicas de trabalhar e criar outras geografias que possam expressar as diferenças e a potência educativa desta ciência.

5 EDUCAÇÃO E ENSINO DE GEOGRAFIA: UMA ANÁLISE

Como já anunciado, o escopo desta pesquisa refere-se à análise do periódico intitulado “Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero”. Foram selecionados doze artigos tendo como indicadores de análise as categorias de educação e ensino de geografia da referida revista. A tabela a seguir traz a relação de artigos que serão apreciados nessa pesquisa. Os artigos estão caracterizados a modo de identificar: o título trabalho, os/as autores/as, a instituição desses, ano de publicação e o volume e número da edição.

Tabela 1: Artigos da Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero selecionados para análise

Título	Autor (a/es)	Instituição	Ano	Volume/ Número
A Escola em Diáspora	CORRÊA, Anderson Rodrigues; FREITAS, Letícia Fonseca Richthofen	UFRGS/ UFPEL	2011	v.2, n.2
A Presença e Ausência do Debate de Gênero na Geografia do Ensino Fundamental e Médio	COSTA, Carmem Lúcia	UFG	2011	v. 2, n. 2
As Educadoras e o Sistema de Ensino do Município de Porto Velho: Uma História de ausências	BASILIO; Luciana	UNIR	2014	v. 5, n. 2
“Não, Isso não é Coisa pra Homem” – Masculinidades e os Processos de Inclusão/Exclusão em uma Escola da Baixada Fluminense – RJ	BRITO, Leandro Teofilo de; FREITAS, José Guilherme de Oliveira; SANTOS, Mônica Pereira dos	UERJ	2014	v. 5, n. 2
Qual Espaço para Discutir Gênero?	SILVA, Telma Ferreira da; <i>et al.</i>	UFR	2015	v. 6, n. 1
Significações de um personagem de desenho animado no espaço escolar: um estudo sobre gênero na Educação	CORREIO, Juliana Lopes Garcia; TOSCANO, Carlos	PML/UEL	2016	v. 7, n. 1

Infantil				
Estudo das Representações Sociais de Professores Homens de Mato Grosso do Sul Sobre o Trabalho Realizado com Crianças	GONÇALVES, Josiane Peres; CARVALHO, Viviane de Souza Correia	UFMS	2016	v. 7, n. 2
A Geografia dialogando com as ciências naturais e as artes para a compreensão interdisciplinar e crítica acerca de questões de gênero no contexto contemporâneo	FREITAS, Bruno de; BERNARDES, Maria Beatriz Junqueira	UFU	2016	v. 7, n. 2
Alienígenas na Escola: Corpos que Escapam ao Processo de Re/Produção dos Gêneros Imutáveis	JUNIOR, Isaias Batista de Oliveira; OLIVEIRA, Marta Regina Furlan de; MAIO, Eliane Rose	UNESPAR/ UEL/UEM	2017	v. 8, n. 1
Gênero nas Políticas Educacionais do Estado da Paraíba: (Des)Continuidades	HONORATO, Rafael Ferreira de Souza; PEREIRA, Maria Zuleide da Costa	UFPB	2017	v. 8, n. 2
Políticas públicas de gênero no contexto escolar: percepções de orientadoras educacionais	SOUSA, Lúcia Aulete Búrigo de; GRAUPE, Mareli Eliane; LOCKS, Geraldo Augusto	SML/ UNIPLAC	2019	v. 10, n. 1
A utilização da mídia publicitária no ensino de geografia: uma oficina pedagógica acerca da discriminação da mulher	BRANDÃO, Jéssica Justino; FONSECA, Ricardo Lopes	UEL	2019	v. 10, n. 1

Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

Pautada nesses dados, esse capítulo busca, inicialmente, apresentar A Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero. Em seguida será exposta a organização dos indicadores e sucessivamente a análise dos artigos, que permitirão que se responda à questão norteadora

dessa pesquisa, que busca investigar como as produções científicas da RLAGG possibilitam mobilizar outras geografias a partir da potência educativa dos estudos de gênero e geografia. Tendo como objetivo analisar essas produções a fim de relacioná-las com a educação geográfica.

5.1 A REVISTA LATINO-AMERICANA DE GEOGRAFIA E GÊNERO

A revista Latino-americana de Geografia e Gênero tem o propósito de publicar artigos científicos que estejam ligados à área da geografia, do gênero e das sexualidades, colaborando com o desenvolvimento dos conhecimentos metodológicos e teóricos dessa área de estudo. Ademais, o periódico também busca estimular o debate acadêmico das pessoas que estão envolvidas nessas temáticas, expandindo as relações com profissionais tanto do Brasil e América Latina quanto de outras regiões do mundo a partir do uso da mídia eletrônica.

Figura 4: Capa Revista Latino-americana de Geografia e Gênero.



Fonte: Revista Latino-americana de Geografia e Gênero. UEPG, Ponta Grossa, v.1, n.1 (2010).

A revista foi fundada no ano de 2009, tendo seu primeiro exemplar publicado no ano de 2010, configurando-se como uma publicação semestral, sendo assim, com dois exemplares por ano, contendo em seu corpo artigos, resenhas e entrevistas e possui, no sistema Qualis/Capes, nota B1 na área da geografia. Essa é mantida pelo Grupo de Estudos Territoriais (GETE) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e possibilita o livre acesso aos trabalhos. Desde que foi fundada já foram publicados 19 volumes com reflexões de pesquisadores do Brasil, Argentina, Portugal, Inglaterra, Espanha, México, Uruguai, Chile e EUA.

O GETE foi criado em 2003, na UEPG. Nesse grupo são desenvolvidas pesquisas que relacionam espaço, gênero e sexualidades. Os temas abordados pelo grupo de pesquisa buscam incentivar o debate sobre espaço, direitos sexuais e igualdade de gênero, ampliando esses debates no campo da ciência geográfica, e, além de trabalhos de iniciação científica, fazem produções relacionadas a assuntos como espacialidades de mulheres pobres e famílias, vulnerabilidades de adolescentes, violência, masculinidades e feminilidades, entre outros. De acordo com o portal do GETE, “todas as pesquisas e reflexões realizadas pelo GETE foram estruturadas procurando uma geografia emancipatória, respeitando as diferenças, bem como, outras existências”.

Integrando o corpo da RLAGG, temos a LES ONLINE, que consiste em um periódico com objetivo de promover discussões acerca dos estudos e investigações científicas que se relacionam com as vertentes da temática lésbica. Essa revista foi lançada, inicialmente independente, em 2009, mas desde 2017, por conta das dificuldades de se manter como uma publicação autônoma, foi incorporada as publicações da RLGAA.

5.2 A EDUCAÇÃO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE

O cenário da Educação perpassa por inquietações e indagações que nos levam a refletir sobre as práticas pedagógicas instauradas no cotidiano escolar. Esses anseios estão relacionados à busca por uma educação que possa contribuir na formação dos/as estudantes, frente a uma sociedade que vive em constante mudança. Considerando que a escola forma seus sujeitos, é necessário reconhecer que esse processo é vivenciado a partir de relações

desiguais que precisam ser discutidas e questionadas. A partir disso, trabalhar com as questões de gênero dentro da educação nos dá suporte para ultrapassar os estereótipos culturalmente construídos, formando sujeitos aptos a reconhecer e a respeitar as diversidades.

Esse subcapítulo traz uma análise da categoria de gênero relacionada à educação nas mais diversas áreas do conhecimento, logo, esse indicador de análise se intitula como **Educação**. A Tabela 2 mostra os artigos elencados para essa categoria, numerados e identificados por título e palavras-chave. As pesquisas apresentadas a seguir serão, inicialmente, investigadas individualmente, trazendo um breve relato das mesmas e salientando como as questões de gênero foram trabalhadas. Ao final, será realizada a análise geral da categoria a fim de concluir como essa se correlaciona com a temática educação.

Tabela 2: Artigos selecionados para a categoria de análise Educação

	Título	Palavras-chave
1.	A Escola em Diáspora	Narrativas, Escola; Identidades; Pedagogias Culturais
2.	As Educadoras e o Sistema de Ensino do Município de Porto Velho: Uma História de ausências	Educadoras; História das Mulheres; Sistema de Ensino
3.	“Não, Isso não é Coisa pra Homem” - Masculinidades e os Processos de Inclusão/Exclusão em uma Escola da Baixada Fluminense – RJ	Gênero; Masculinidades; Inclusão/Exclusão; Educação; Baixada Fluminense
4.	Significações de um personagem de desenho animado no espaço escolar: um estudo sobre gênero na Educação Infantil	Espaço escolar; Educação Infantil; Gênero; Perspectiva Histórico Cultural
5.	Estudo das Representações Sociais de Professores Homens de Mato Grosso do Sul Sobre o Trabalho Realizado com Crianças	Feminização do Magistério; Professores Homens; Representações Sociais
6.	Alienígenas na Escola: Corpos que Escapam ao Processo de Re/Produção dos Gêneros Imutáveis	Identidades; Diferenças; Gênero; Escola; Estudantes Trans
7.	Gênero nas Políticas Educacionais do Estado da Paraíba: (Des)Continuidades	Políticas; Educação; Currículo; Gênero

8.	Políticas públicas de gênero no contexto escolar: percepções de orientadoras educacionais	Políticas Públicas; Gênero; Orientadoras Educacionais; Pedagogia da Equidade
-----------	--	--

Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

O primeiro artigo, intitulado ‘A Escola em Diáspora’, faz a análise do filme ‘Entre os Muros da Escola’; o trabalho, embasado nos Estudos Culturais toma os filmes como artefatos culturais. O filme, traz a história em que um professor relata sua trajetória profissional em uma escola de ensino médio, na periferia de Paris. O local em questão possui grande diversidade étnica e social e o ambiente escolar que é retratado no filme apresenta-se imerso em conflitos relacionados à complexidade da sociedade contemporânea, principalmente em ambientes de periferia e vulnerabilidade social. Os ensaios feitos se debruçam nas identidades dos sujeitos ali presentes, muitos desses, imigrantes, o que acarreta discussões acerca das identidades culturais. As questões de gênero são trabalhadas a partir de discussões entre professor e estudantes sobre homossexualidade, o filme traz o preconceito por parte desses discentes. São mencionadas as questões linguísticas e o poder simbólico dessas, assim como a questão abordada por Louro (2001), na qual essa assume as identidades como não fixas, sendo identidade heterossexual por vezes concebida como a norma, ignorando que todas as outras identidades sejam construídas socialmente. Sendo assim, as investigações feitas nesse trabalho situam os sujeitos, histórico e culturalmente, problematizando as questões identitárias presentes na sociedade, focando nas identidades de gênero.

No trabalho ‘As Educadoras e o Sistema de Ensino do Município de Porto Velho: Uma História de ausências’ nos deparamos, primeiramente, com um panorama acerca do processo de exclusão das mulheres e a importância do papel social da escola sobre essa prática, assim como um histórico da inserção das mulheres na educação. A pesquisa tem o objetivo de apurar o porquê da sub-representação das professoras, frisando a necessidade de políticas públicas que deem mais espaço para as mulheres nas gestões educacionais. Com o contato com as educadoras do município de Porto velho, a autora procura identificar, baseada nas falas e no cotidiano escolar, as causas dessa ausência. Essa pesquisa é, além de bibliográfica, um estudo de caso, efetuado em três escolas públicas. Além da questão de representatividade das mulheres nos sistemas de ensino, as relações de gênero são levantadas no que toca os Projetos políticos pedagógicos das escolas. Embora gênero seja um dos eixos

temáticos de inclusão a ser proposto, esse documento usa apenas pronomes masculinos se referindo sempre ‘aos professores’, supondo que as educadoras se sintam inclusas, incorporando uma noção de predomínio masculino sobre o feminino, averiguando que as questões de gênero ainda não se fazem valer na prática educativa.

Em “Não, Isso não é Coisa pra Homem” - Masculinidades e os Processos de Inclusão/Exclusão em uma Escola da Baixada Fluminense – RJ. O trabalho realiza uma pesquisa etnográfica pautada numa perspectiva de inclusão em educação referente às questões de gênero, considerando esse um processo que reconhece as diferenças no espaço escolar. Destaca a importância da inclusão neste espaço, que é formado por uma diversidade de pessoas, e deve pautar suas ações num processo inclusivo. A pesquisa é fundamentada na visão de gênero a partir das relações sociais que ocorrem entre os sexos. Dessa forma, a investigação ocorreu em uma escola pública do Rio de Janeiro, com estudantes do quinto ano, tendo como objetivo observar como os processos de exclusão e inclusão influenciam nas construções das masculinidades dos educandos. Observou-se que nos espaços escolares existe uma grande pressão social e cultural sobre os meninos, baseada num comportamento masculino a partir de um modelo hegemônico de masculinidade de matriz heterossexual. Percebeu-se também a generificação das disciplinas escolares, bem como nas práticas esportivas, conseqüentemente, excludentes, que reforçam a oposição meninos/meninas. Concluiu-se que as masculinidades da turma analisada estavam influenciadas pelo sistema de inclusão e exclusão, em que a escola representa uma formadora de identidades generificadas, afirmando a regulação de um modelo de masculinidade hegemônica a ser seguido pelos meninos, afirmando-se assim, como homens na sociedade.

No trabalho ‘Significações de um personagem de desenho animado no espaço escolar: um estudo sobre gênero na Educação Infantil’, o objetivo foi verificar como surgem às questões de gênero com crianças de uma turma da Educação Infantil numa perspectiva histórico-cultural, através da observação. Foi possível analisar que as relações de gênero estão presentes na educação infantil tanto quanto na educação de crianças maiores e adolescentes. Os episódios que envolveram gênero surgiram no decorrer das atividades, ou seja, essa não era uma pauta de discussão a ser trabalhada pela professora responsável pela turma. Essas questões emergiram no decorrer de brincadeiras e trocas entre as crianças. A forma como essas expressaram questões referentes ao gênero ocorreram a partir de expressões verbais, gestos e atitudes acompanhadas das escolhas de objetos e formas de brincar. Segundo os/as

autores/as, a pesquisa foi realizada com crianças de quatro anos por conta de ser nessa fase que se inicia a compreensão das diferenças sexuais entre meninos e meninas e suas formas sociais, bem como por, nessa idade, a fala da criança já estar mais desenvolvida, e também ser uma idade onde é possível apreender o contexto social e cultural, expressando as questões de gênero por meio de brincadeiras. Com a observação, foi possível concluir que o processo de significação do que é masculino ou feminino se constrói socialmente, e, conseqüentemente, está relacionado ao contexto social e cultural do espaço. Assim, a consciência da criança do que é mulher ou homem e o que cabe a cada um é uma prática construída através do que é visto, assim como através das falas e das vivências que acontecem no âmbito familiar e são trazidos para o espaço escolar.

O quinto trabalho, intitulado ‘Estudo das Representações Sociais de Professores Homens de Mato Grosso do Sul Sobre o Trabalho Realizado com Crianças’, traz um histórico do magistério no Brasil, inicialmente uma profissão masculina, em que apenas homens estudavam e ensinavam. Porém, com o acesso das mulheres à profissão docente ocorreu uma feminização do magistério. A influência das escolhas a partir das relações de gênero no que diz respeito às profissões e representações sociais torna esse um ponto a ser estudado. Dessa forma, esse artigo possui o objetivo de identificar as representações sociais a respeito da atividade docente de homens nos anos iniciais do ensino fundamental.

O trabalho desenvolveu uma pesquisa de campo, sendo escolhidos diferentes municípios das regiões do estado do Mato Grosso do Sul que possuíam professores homens atuando como docente. Após a seleção de cinco professores, foram realizadas entrevistas semiestruturadas para coleta de dados. As perguntas abordavam indagações como os aspectos da atuação de professores homens no ensino fundamental, a impressão das crianças para com esses professores, relação com a comunidade escolar, o que os levou a carreira escolar e acerca da pequena quantidade de homens atuando no ensino fundamental. Com base nas, entrevistas as autoras puderam verificar, relacionado às questões de gênero na educação, que as tarefas atribuídas a mulheres e homens na atuação profissional continuam gerando representações sociais acerca disso. As representações sobre professores homens que continua instaurada diz respeito a esses imporem maior autoridade e que um dos maiores obstáculos a serem enfrentados é o “cuidar das crianças”, aliado a características femininas. Concluiu-se que as representações de gênero são atribuídas tanto aos professores homens quanto as mulheres e isso tem grande influência sobre a dinâmica da história da educação.

‘Alienígenas na Escola: Corpos que Escapam ao Processo de Re/Produção dos Gêneros Imutáveis’ é um trabalho que tem como objetivo demonstrar o encadeamento das (re)produções das identidades de pessoas Trans – travestis, transexuais e transgênero. Evidenciando as barreiras a serem enfrentadas para terem acesso aos direitos básicos no dia a dia escolar. A justificativa que permeia a escolha do tema se dá pela percepção desses sujeitos serem rotulados no contexto escolar pela comunidade em geral, frente a um ambiente de hostilidade, resultando na evasão escolar por parte desses/as estudantes. Definir a constituição das identidades e diferenças dos/as estudantes Trans, reconhecer as dificuldades de permanência desses/as na escola por conta da transfobia pedagógica e exprimir os efeitos dessa pedagogia na exclusão desses/as discentes são os objetivos específicos elencados para a pesquisa.

A metodologia foi pautada numa perspectiva qualitativa, reconhecendo a subjetividade dos sujeitos investigados. A maneira como se percebe sua identidade de gênero, engloba o senso pessoal corporal, podendo ou não sofrer alterações de acordo com suas escolhas. Esse processo está ligado à identidade de gênero, visto que essa é a maneira como o sujeito se reconhece e como quer ser reconhecido e respeitado. Dessa forma, quando os sujeitos desviam do processo de generificação e chegam ao espaço escolar, são alvos da pedagogia do insulto. No que tange as relações de gênero, esse processo contribui para o crescimento de um sentimento de não pertencimento desse espaço, o que leva a evasão. A escola, ao ignorar os efeitos de subjetivação exercidos pela produção dessa invisibilidade, produz diferenças, e ao dialogarem sobre identidade de gênero, mostram que a possibilidade da escolar de ser coadjuvante no estímulo da cultura do respeito aos sujeitos Trans é utópica. Sendo assim, para reverter esse cenário, os/as autores/as defendem a realização de programas sobre temas como sexualidades, discriminação, Transfobia, identidade de gênero e violência, não apenas na perspectiva de inclusão de professores/as, mas de toda a comunidade escolar, para que esses/as estudantes não sofram com a expulsão imposta pelo processo de escolarização.

A pesquisa intitulada ‘Gênero nas Políticas Educacionais do Estado da Paraíba: (Des)Continuidades’, foi realizada no momento conjuntural em que o Brasil sofria com uma ruptura democrática com o impeachment da Presidenta Dilma e o avanço do conservadorismo na política nacional. Ao contrário de um governo que buscava avanços, o governo do presidente Michel Temer, que assumiu o poder, mostrou em suas medidas o desígnio de desestruturar esse processo, assumindo uma posição neoliberal e conservadora que afetaria a

educação no país. Em meio a esse cenário, esse trabalho buscou analisar as questões de gênero das políticas educacionais e curriculares focado na Educação de Jovens e Adultos (EJA), na rede estadual de ensino da Paraíba.

A metodologia para tal foi pautada numa pesquisa documental e bibliográfica, já que seriam feitas análises tanto da Lei Nº 10.488, de 23 de junho de 2015, que produziu o Plano Estadual de Educação da Paraíba (PEE) e as Diretrizes Operacionais para o Funcionamento das Escolas da Rede Estadual de Ensino. As análises feitas mostraram uma grande complexidade no desenvolvimento das políticas educacionais, no qual quem tem mais espaço e participação nas negociações consegue maiores representações de seus interesses impressos nesses documentos. Na EJA temos um ambiente que recebe pouca visibilidade nas demandas educacionais, não sendo discutidos os problemas de permanência desses jovens e adultos nos espaços formativos. No que se refere às questões de gênero, segundo o texto, estas possuem níveis e graus de representações diferentes, na qual a mulher, de acordo com a conjuntura em que se encontra, ocupa diferentes espaços nas relações sociais, políticas e culturais, mas constantemente refém da desvalorização. Na esfera da educação abre-se espaço para que esses estigmas sejam sustentados, por esse motivo que as mudanças no âmbito escolar sempre tem como uma das principais pautas as questões de gênero.

‘Políticas públicas de gênero no contexto escolar: percepções de orientadoras educacionais’ é o último trabalho da categoria educação. Em meio à aprovação do Plano Nacional de Educação e dos Planos estaduais e municipais, surgiram inúmeros movimentos reivindicando a exclusão da categoria de gênero desses documentos. Os discursos, alicerçados em fundamentos religiosos, queriam convencer as autoridades públicas e a sociedade de que a inclusão de gênero e sexualidade nesses planos seriam uma ameaça à família e as crianças. Com base nisso, esse artigo analisa a compreensão de orientadoras educacionais do Ensino Fundamental acerca das políticas públicas de gênero na escola.

A metodologia se apoia numa perspectiva pós-estruturalista, se estabelecendo como uma pesquisa documental, bibliográfica e empírica. Para os/as autores/as, esse é um campo de pesquisa muito expressivo por conta dos debates e polêmicas que o rodeiam. Já as políticas públicas são significativas para o (re)conhecimento sobre as desigualdades entre mulheres e homens, assim como para ações que contribuam para a emancipação dos sujeitos discriminados e excluídos. Para o desenvolvimento da pesquisa foram realizadas entrevistas com as orientadoras escolares de quatro escolas municipais. Foi verificado que a temática de

gênero e sexualidade no contexto escolar é deficitária, e que grande parte da comunidade escolar segue com uma prática excludente no que versa sobre gênero, rejeitando novos diálogos sobre. Assim, enquanto esses/as profissionais continuarem renunciando debates construtivos sobre a temática e sobre atitudes preconceituosas, a escola continuará mantendo esse estereótipo. Fundamentadas/os nas análises das falas das orientadoras, os/as autores/as afirmam que existe uma carência de conhecimentos acerca das políticas públicas referentes a gênero por parte dessas profissionais, percebendo a necessidade de inclusão do assunto nesses espaços, o que existe um engajamento por parte dessas. Conclui-se que existe a presença dessas políticas no âmbito escolar, mas é necessário que essas discussões sejam, de fato, inclusas nesse espaço e nas práticas pedagógicas.

Um das primeiras análises que podemos fazer referente ao gênero tendo como categoria de análise educação, são as questões sobre o poder da linguagem. Percebemos documentos oficiais que tratam das questões de gênero sempre trazendo pronomes no masculino, mulheres referindo-se a si próprias no masculino, ou professores/as dirigindo-se a uma turma sempre como *eles*, revelando sempre um predomínio do masculino sobre o feminino. Ao longo dos artigos analisados, a linguagem por vezes é citada como detentora de um poder simbólico. Mas o que isso quer dizer, de fato? A linguagem perpassa todas as nossas práticas diariamente e acaba sempre admitindo um caráter de naturalidade, mas, em grande parte das vezes, carregando desigualdades. Aprendemos na escola as regras gramaticais e a levamos durante a vida sem grandes questionamentos, “a linguagem não apenas expressa relações, poderes, lugares, ela os institui; ela não apenas veicula, mas produz e pretende fixar diferenças” (LOURO, 2004, p. 66). Como já mencionei anteriormente nessa pesquisa, essas considerações já vêm sendo colocadas em voga por estudiosos/as feministas, mas ainda há grande resistência da sociedade em compreender essas questões. Além do que é dito dos sujeitos a partir do uso das linguagens, é importante que se observe o que não é dito, as demandas que são ocultadas. Aqueles sujeitos que não são, que não estão amparados, por vezes, nem no feminino, nem no masculino, ou como o ocultamento dos homossexuais (LOURO, 2004). Na qual, na educação, a homossexualidade é negada e silenciada pela escola. Por essas razões a linguagem detém desse poder simbólico e está tão ligada as questões da educação.

É importante citar aqui também, a partir das análises, as indagações sobre a representação das masculinidades no contexto escolar, quando falamos sobre gênero, é

comum que sejam discutidas as questões geradas a partir das desigualdades existentes entre homens e mulheres. Porém, é necessário reconhecer que as masculinidades podem assumir diferentes formas, criando relações de poder dentro dessa categoria. Em um dos artigos foi possível verificar como isso se torna um tema que necessita de discussão no espaço escolar. Quando temos uma turma com meninos e meninas, julga-se “natural” que meninos gostem de esportes, e ao ser notada a presença de um sujeito que desvia da norma padrão de heteronormatividade, isso é um indício de que alguma coisa “não está certa”, dentro de um espaço em que se considera que homens devem gostar de esportes. Dado o momento em que essas situações ocorrem, esses meninos que se distinguem do restante, passam a fazer parte de um grupo refém da discriminação.

A partir da análise dos artigos, percebemos que tanto para a comunidade escolar quanto para os/as estudantes é difícil compreender que, nas palavras de Louro (2004), “mulheres e homens, que vivem feminilidades e masculinidades de formas diversas das hegemônicas e que, portanto, muitas vezes não são representados/as ou reconhecidos/as como “verdadeiras/verdadeiros” mulheres e homens” (p. 34). Nesse momento, percebemos que discutir as questões de gênero dentro da escola são urgentes para que os sujeitos possam se reconhecer e ser respeitados, e que a escola ofereça suporte e um espaço que, verdadeiramente, os respeite.

No que tange as questões educacionais quanto ao mercado de trabalho dos profissionais que atuam nesses espaços, foi possível analisar nos artigos como as relações de gênero estão presentes e afetam as interações que acontecem nesses ambientes. Primeiro, podemos constatar a feminização da profissão docente no magistério. As mulheres professoras, ao adentrarem no mercado de trabalho, tiveram seu profissionalismo associado ao cuidado de crianças, ou seja, as representações sociais de homens e mulheres transgrediram para dentro do espaço escolar. Hoje ainda lidamos com o preconceito para com professores homens no que diz respeito ao lecionar para crianças mais novas, mas, quando passamos para os anos mais avançados, a presença de homem em uma sala de aula, para grande parte da sociedade, impões mais respeito e autoridade com os/as estudantes.

Essas representações afetam na dinâmica escolar e no dia a dia da sala de aula, visto que os/as estudantes estão inseridos nessa cultura. Podemos analisar que é necessária a quebra desses padrões nesse ambiente, para que esses preconceitos deixem de ser reproduzidos. Verificamos também a ausência da presença de mulheres ocupando cargos nas gestões

escolares, esse quadro pode ser considerado uma reprodução da história das discriminações de gênero dentro do mercado de trabalho. As mulheres sempre foram direcionadas a cargos inferiores e subordinados aos homens, por mais que essa situação, hoje, venha se revertendo, ainda vemos os vestígios dessas práticas dentro desses ambientes. Essas questões devem ser levantadas e debatidas, para, além da busca de uma igualdade de gênero nesses espaços, as atividades atribuídas às mulheres sejam respeitadas e valorizadas.

As questões de gênero no ambiente escolar possuem a validade de quebrar com padrões impostos pela sociedade e dar espaços para os outros sujeitos que são considerados invisíveis dentro desses espaços. Quando analisamos como essas questões estão presentes desde a educação infantil, na qual percebemos isso através de gestos, falas, escolha de brinquedos e brincadeiras, assim como a forma de se portar e se relacionar com os/as demais colegas, assim, verificamos que essas práticas se fixam, inicialmente, no ambiente familiar. As escolhas e percepções do que é feminino ou masculino é adquirida pelas vivências que a criança tem dentro de casa, que depois perpassa por toda a educação escolar, na qual a escola reforça esses estereótipos.

Percebe-se que trabalhar as relações de gênero é uma prática ainda desconsiderada pela escola. São essas convenções que decidem quem está incluso e quem está excluído do ambiente escolar. Quando um/a estudante se reconhece como um sujeito que desvia do processo de generificação, eles/elas são automaticamente excluídos do espaço escolar, que não reconhece esses sujeitos, tornando-os invisíveis. Ignorar essa situação faz com que esses/as não queiram frequentar esse ambiente, levando a evasão. Trabalhar as questões de gênero e reconhecê-las estimula o respeito aos sujeitos.

Por fim, foi possível analisar que no contexto escolar, a partir das conclusões dos trabalhos examinados, que a temática de gênero é deficitária e, por vezes, ausente. A escola segue mantendo práticas excludentes e o corpo escolar segue abdicando desses debates. As políticas públicas que falam sobre gênero, mesmo que por vezes falha, tornam-se utópicas. Essas políticas estão na escola, mas as discussões acerca desse assunto são ocultadas. Todas essas questões, mercado de trabalho, discriminações, políticas, a linguagem na história da educação, enfim, todas as relações que se formam a partir dessas temáticas influenciam na ocupação do espaço e na resignificação desse. Isto é, são tópicos possíveis de se explorar e discutir aliando educação, questões de gênero e a educação geográfica, que vem buscando dar contas das mudanças ocorridas na sociedade, formando estudantes reflexivos/as e fugindo de

uma ciência baseada em memorizações. Hoje e sempre, a geografia escolar é feita no cotidiano e é por esse motivo que abarca as questões de gênero

5.3 O ENSINO DE GEOGRAFIA COMO INDICADOR DE ANÁLISE

A geografia feminista busca compreender de que maneira os estereótipos culturalmente formados influenciam na apropriação do espaço por homens e mulheres, considerando que a desigualdade entre ambos interfere nas formas de construção e reconstrução desse espaço. A escola, ao passo que se incumbi de formar cidadãos, deve prezar para uma formação que não reafirme os preconceitos de gênero. Para tal, a geografia pode subsidiar o reconhecimento do papel da mulher na contemporaneidade, admitindo a construção de um instrumento de análise das relações sociais referentes às sexualidades. Dessa forma, a geografia enquanto disciplina, aliada a escola, permite que os/as estudantes construam um conhecimento quanto às diversidades. Logo, podemos destacar que o ensino de geografia no âmbito escolar, deve abordar as questões espaciais através das relações humanas, levando em consideração a categoria de gênero, tornando o espaço escolar plural.

Sendo assim, o **Ensino de Geografia**, como categoria de análise dessa pesquisa, apresentam os artigos que correlacionam a temática gênero especificamente com a geografia escolar e seus instrumentos. A Tabela 3 expõe os artigos selecionados para tal sessão, apresentados por título e palavras-chave. Neste ponto, os artigos indicados serão apreciados de maneira precisa e individual, evidenciando como foram trabalhadas as questões de gênero tocantes ao ensino de geografia. Por fim, esse subcapítulo trará uma análise coletiva desses materiais, a fim de integrar as informações alcançadas.

Tabela 3: Artigos selecionados para a categoria de análise Ensino de Geografia

	Título	Palavras-chave
1.	A Presença e Ausência do Debate de Gênero na Geografia do Ensino Fundamental e Médio	Gênero; Geografia; Movimentos Sociais

2.	A Geografia dialogando com as ciências naturais e as artes para a compreensão interdisciplinar e crítica acerca de questões de gênero no contexto contemporâneo	Interdisciplinaridade; Gênero; Geografia; Ciências Naturais; Linguagens Artísticas
3.	Qual Espaço para Discutir Gênero?	Educação; Gênero; Feminismo; Feminista
4.	A utilização da mídia publicitária no ensino de geografia: uma oficina pedagógica acerca da discriminação da mulher	Discriminação da Mulher; Publicidade; Ensino de Geografia

Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

‘A Presença e Ausência do Debate de Gênero na Geografia do Ensino Fundamental e Médio’ é uma pesquisa que analisa como as mulheres são abordadas dentro da Geografia e como essa ciência pode auxiliar nos debates acerca do tema em sala de aula. Aqui, são trabalhadas as questões de gênero na ciência geográfica e nos livros didáticos de geografia. Versar sobre gênero é questionar a atual organização social, formada por ideologias e métodos machistas de dominação. Esse trabalho se debruça em como as relações entre os sujeitos são trabalhadas e como se reproduzem no espaço, tendo como recorte o livro didático para análise dessas dinâmicas. A categoria de gênero, aqui, é tratada a partir de um viés geográfico, considerando que as relações sociais auxiliam na reprodução do espaço. Com início na seleção de três livros didáticos distintos, o trabalho buscou identificar onde e de que maneira as relações de gênero estão expressas, observando como as mulheres estão presentes nesses materiais e quais as influências e papéis que essas têm sob a construção do espaço. Nesse momento, foi constatada a ausência da temática nos livros didáticos, cabendo ao professor buscar trabalhar gênero nas pequenas referências sobre a mulher nesse artefato.

Com as análises dos livros, a autora concluiu que a categoria de gênero não é tratada de forma direta, havendo apenas pequenas passagens sobre a situação das mulheres no Brasil e no mundo, necessitando de uma releitura do papel dessas ao longo da história para reconhecer as diferenças que são reproduzidas como desigualdades. O livro didático se mostra como um material de reprodução da heteronormatividade, reproduzindo alienação e segregação.

O artigo ‘A Geografia dialogando com as ciências naturais e as artes para a

compreensão interdisciplinar e crítica acerca de questões de gênero no contexto contemporâneo' tem como objetivo exibir os resultados alcançados a partir de uma atividade interdisciplinar, realizada em uma turma de 8º ano. A atividade baseou-se em possibilitar a compreensão da mulher no mundo contemporâneo, unindo as disciplinas de Geografia, Artes e Ciências Naturais, pautada nos temas transversais de Orientação Sexual e Pluralidade Cultural. Dessa forma, foi proposto aos/as estudantes que reconhecessem essas indagações a partir de um viés interdisciplinar, assim, a partir da realização das atividades, esses estariam aptos/as a observar e reconhecer as atividades presentes à sua volta, formando-se como cidadão/a crítico/a e reflexivo/a. Dada a aplicação da atividade proposta, os/as autores/as buscavam difundir na escola a concepção de cidadania e seu exercício. Para isso, é crucial o entendimento de como as diferenças e desigualdades influenciam nesse processo. Para se tornar cidadão, é preciso que o indivíduo seja respeitado nas suas diferenças, não sendo marcado como desigual. Assim, o trabalho partiu de uma visão interdisciplinar por poder abarcar todas as questões que envolvem as questões de gênero.

Dentro das Ciências Naturais, a intenção era denunciar as concepções sociais e culturais referentes ao que reconhecemos como masculino e feminino, descartando o determinismo biológico, fazendo com que os/as estudantes compreendam as concepções de sexo, identidade de gênero e orientação afetivosexual. No que tange o ensino de Geografia para a compreensão dessas temáticas, essa assume o papel de trabalhar as questões de culturais de gênero na contemporaneidade, percebendo as características de ser mulher a partir de diferentes regiões do globo. A geografia como ciência auxilia na compreensão do papel da mulher na sociedade reconhecendo as especificidades do espaço e a ocupação desse. Ela possibilita que os/as estudantes façam relações com a mulher e o mercado de trabalho, questões culturais e étnicas a partir do lugar.

Por fim, o estudo das Artes contribui na representação da temática a partir de uma linguagem artística, ligada a escrita. Através das atividades interdisciplinares os/as autores/as puderam destacar a utilização de temas transversais, possibilitando a representação feminina de maneira subjetiva, fazendo com que os/as educandos/as compreendessem as questões de gênero e o papel da mulher na sociedade.

'Qual Espaço para Discutir Gênero?', é um trabalho feito, na sua maior parte, por geógrafas, que reflete a respeito das discussões de gênero no âmbito educacional. Levando em consideração que nesses espaços tais debates são praticamente ausentes. Com uma

metodologia chamada de participativa, a pesquisa busca entender como os/as estudantes percebem as questões relacionadas a mulher na sociedade e no cotidiano. Os sujeitos de pesquisa foram estudantes de uma turma jovens e adultos do Ensino de Jovens e Adultos (EJA) do período noturno em uma escola estadual. Foram elaboradas três perguntas chave que movimentariam a pesquisa, sendo essas ‘o que entendem sobre gênero?’, ‘o que é feminismo e feminino?’ e ‘há conversa em casa sobre a relação de gênero?’. As pesquisadoras declaram a escola como um lugar de ensino, em que os saberes dever ser alcançados de forma consciente com todos os cidadãos, no qual os/as professores/as envolvam os/as educandos/as nas práticas de aprendizado a partir das experiências, sendo esses princípios dos temas transversais.

Assim, a Geografia como disciplina escolar deve movimentar a criticidade dos/as estudantes com temas que abordem a compreensão das questões de gênero. Para as autoras, trabalhar gênero na geografia assume tecer redes de convívio na sociedade a partir das ações sociais. Assim, as discussões apresentadas nesse trabalho levam em consideração as especificidades das condições do espaço. A partir das entrevistas, é possível perceber que as concepções quanto ao significado de gênero são fundamentadas no que é visto na mídia, de forma descompromissa com a qualidade do que ensina, e que modela o saber desses sujeitos. Por fim, conclui-se que é necessário pôr em prática as questões sobre gênero desde o convívio familiar, no qual homem e mulher já devem se reconhecer como sujeitos iguais perante as oportunidades, consolidando relações de igualdade na sociedade.

Por fim, em ‘A utilização da mídia publicitária no ensino de geografia: uma oficina pedagógica acerca da discriminação da mulher’, traz uma discussão sobre como os meios de publicidade reforçam as desigualdades de gênero, retratando as mulheres como inferiores aos homens. Problematizar as maneiras de como as mulheres são representadas na mídia pode ser uma temática trabalhada na sala de aula, enriquecendo o debate sobre as questões de gênero. Dessa forma, esse trabalho tem como objetivo discutir como a publicidade pode auxiliar nos debates sobre as discriminações de mulheres na escola, e como isso afeta e modifica as relações de apropriação do espaço geográfico.

Essa pesquisa é resultado de oficinas realizadas com estudantes do terceiro ano de uma escola estadual. Por meio das atividades buscou-se investigar como materiais midiáticos podem auxiliar na discussão dessa temática e como isso, dentro da ciência geográfica, relaciona-se com os problemas sociais. Com as oficinas, os/as autores/as tinham a intenção de

fazer com que os/as discentes compreendessem a apropriação do espaço e como as relações de gênero afetam essa dinâmica, na qual as desigualdades fazem homens e mulheres ocuparem esse espaço de formas diferentes. Os/as estudantes perceberam, através de notícias e propagandas, as discriminações com a mulher na sociedade, refletindo na forma em como esses materiais representam o feminino, porém, tiveram dificuldades em relacionar isso a produção e reprodução espacial, ou seja, em associar o tema aos aspectos geográficos. Por fim, os/as autores/as afirmam que no decorrer das atividades surgiram falar e atitudes machistas, que mostram a necessidade de realizar essas discussões e análises no espaço escolar, e, principalmente, na geografia escolar, suprimindo a carência dos/as estudantes de reconhecerem as questões de gênero como um objeto de estudo dessa disciplina.

Com a leitura dos artigos selecionados nessa categoria de análise, foi possível verificar que ao levar as questões de gênero para dentro das salas de aula, nos deparamos com um ambiente escolar ainda muito carente desses debates. A ciência geográfica oferece um leque de possibilidades para que essas questões sejam abordadas e no que tange a mesma como disciplina escolar, os conteúdos a serem trabalhados também oportunizam a abertura dessas discussões. Seja na ocupação do espaço público ou privado e formação das cidades, nas relações de trabalho, nas questões referentes à violência contra a mulher, representação do masculino e feminino nas mídias e materiais didáticos, nos movimentos sociais, entre outros assuntos, a geografia abre espaço para que esses temas sejam trabalhados a partir das relações de gênero.

Foi possível perceber que, a partir dos resultados e discussões dos trabalhos analisados, as questões de gênero são, na maioria das vezes, ausentes não só no ambiente escolar, mas também no ambiente familiar, ou seja, os/as estudantes chegam na escola sem base sobre a importância do reconhecimento das diversidades. A escola, que mantém um espaço que continua configurado numa ótica de heteronormatividade, recebe esses/as estudantes e os/as auxilia no processo de amadurecimento de suas identidades, que se reproduzem dentro do que é imposto como padrão, sem que esse seja questionado, assim, as identidades que desviam desse padrão são consideradas diferentes e sofrem a partir de relações de desigualdade.

Quando recorremos aos materiais didáticos de geografia, encontramos o mesmo cenário, uma geografia ausente de debates de gênero, que não trabalha nem problematiza as relações de poder diante da exploração das mulheres em relação aos homens. Nesse momento,

caberia ao/a professor/a trazer essa demanda para sala de aula, mas, como podemos analisar, esses/as por vezes não aprofundam essas discussões, não problematizam e questionam esses materiais ou, ainda, não dispõem do embasamento científico necessário para tratá-las. Logo, voltamos ao mesmo ponto, em que os/as estudantes seguem imersos numa sociedade na qual a mulher faz parte de uma cultura negada², que segue os padrões culturalmente impostos. É necessária uma mobilização de toda a comunidade escolar, e, principalmente dos/as professores/as junto ao ensino de geografia em buscar movimentar a categoria de gênero dentro desse espaço.

Embora as pesquisas dentro do âmbito da geografia que abordam as questões de gênero venham crescendo no campo acadêmico, no que tange o ensino de geografia foi possível analisar que essas ainda são pouco representativas. Com a seleção de apenas quatro artigos dentro dessa categoria, percebemos a necessidade de investir nesse campo de pesquisa dentro do espaço escolar. A geografia enquanto disciplina tem o papel importante de formar os cidadãos, enquanto a escola contribui para formação dos sujeitos. Essas questões estão ligadas e oferecem o conhecimento fundamental para que esses/as estudantes sejam conscientes do seu papel na produção do espaço. É importante que esse movimento se desenrole num viés pautado na valorização das relações de gênero, no qual esses sujeitos sejam aptos a reconhecer as diversidades.

² O termo cultura negada, a partir de Tonini (2002) *apud*. Santomé (1995) faz referência a um grupo da sociedade que acaba por ser excluído, ocupando posições inferiorizadas no quadro das estruturas socioeconômicas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho foi pautado na problemática de compreender qual a potência educativa das produções científicas da Revista Latino-americana de Geografia e Gênero sobre os estudos de gênero e, como, a partir disso, é possível movimentar outras geografias.

Com o propósito de identificar a trajetória dos estudos de gênero a partir da história do movimento feminista contemporâneo e a relevância dessas questões nos diferentes espaços de ensino, esse trabalho se iniciou com o histórico da introdução do uso de gênero como uma categoria de análise a partir dos estudos feministas e a importância dessas indagações na educação e no ambiente escolar. Foi possível constatar que os estudos de gênero e as questões que envolvem as mulheres são pautas cada vez mais presentes na sociedade. Apesar disso, vimos que essas discussões ainda encontram muitas barreiras para se inserirem nos espaços educativos. A problematização e compreensão das relações de poder geradas a partir das relações de gênero permite que os/as estudantes reconheçam a existência de diferentes identidades, combatendo-se assim, as discriminações e corroborando para um ambiente menos desigual. Inserir as questões de gênero dentro dos espaços escolares vai de encontro com alcançar a equidade e o respeito aos direitos humanos na sociedade.

Na busca por compreender a importância dos estudos de gênero no âmbito da geografia, essa pesquisa buscou problematizar a ausência dessa temática na ciência geográfica, encontrando um cenário de abertura para essas pautas dentro da geografia, observando-se apontamentos iniciais sobre o tema dentro da geografia escolar. Ao afirmar que as relações de gênero influenciam nas formas de ocupação do espaço, a partir das relações traçadas nesse, e que a geografia como ciência compreende as formas da apropriação desse espaço, avalio aqui que é indispensável trabalhar a temática de gênero dentro da geografia. Foi possível analisar, dentro dos artigos apreciados na revista, que a ciência geográfica nesse contexto se identifica como uma ciência majoritariamente masculina e, por mais que as mulheres venham ganhando seu espaço nessa, as questões de gênero ainda são pouco trabalhadas e problematizadas. Foi nessa ausência de mulheres no campo da geografia que surgiram as geografias feministas, reivindicando novas versões científicas para essa ciência, que, aos poucos, tem absorvido os trabalhos femininos.

A análise social desses estudos permite que os/as estudantes compreendam as diferentes formas de empoderamento do local por parte dos diferentes grupos sociais. Visto

que apreender as relações de gênero apoiada numa perspectiva geográfica permite caracterizar o espaço como fruto das inter-relações que ocorrem nesse. A geografia fornece aos/as estudantes formas de entender a realidade social, reconhecendo as maneiras com que essa se relaciona com o meio e com a remodelação desse espaço. Neste sentido, a geografia escolar tem um papel importante de formar estudantes críticos/as e conscientes do seu papel na sociedade. Posto isso, aliar os conhecimentos desta ciência as questões de gênero, contribui na formação de sujeitos preparados para reconhecer e respeitar uma sociedade plural.

Ao realizar um mapeamento dos artigos que tratam dos estudos de gênero na Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, a partir dos indicadores de análise: educação e ensino de geografia, como foi possível verificar, no capítulo cinco, que os doze artigos selecionados foram divididos entre as duas categorias. Posto isso, foram alocados oito artigos no corpo de análise da categoria Educação. Sendo possível verificar a importância dos estudos de gênero nas mais diversas áreas do campo da educação. Tratar as relações de gênero na educação consiste em trabalhar com diversidades em movimento, desmistificando padrões construídos socialmente. Assim, a possibilidade de transformação das relações sociais encontra um ponto de apoio nos estudos de gênero na educação, confrontando uma sociedade heteronormativa. Combinar os estudos de gênero à educação auxilia na busca políticas de construção do espaço respeitando as diferenças de gênero.

Ao passo em que a importância desses estudos na educação vem sendo reconhecida, ainda nos deparamos com muitas barreiras a serem enfrentadas. Existe, ainda, muita resistência em discutir esse assunto nos espaços formativos. A sociedade ainda reconhece gênero como uma “ameaça” à escola, à família e às crianças. Assim como ainda defendem a construção dos sujeitos a partir do determinismo biológico, tornando invisível quem desvia do padrão homem e mulher imposto pela heteronormatividade. Essa prática pode ser vista, também dentro da escola, de acordo com os trabalhos. A escola conserva essas práticas excludentes e desconsidera os debates de gênero. Já existem políticas que trabalham com gênero dentro do ambiente escolar a partir de um viés de transversalidade, mas ainda percebemos que faltam debates nas salas de aulas que possibilitem refletir acerca destas temáticas.

Na categoria de Ensino de Geografia, analisamos um total de quatro artigos, o que já demonstra a ausência de pesquisas relacionadas à temática de gênero na educação geográfica. A partir dos estudos realizados sobre gênero na geografia e a partir da análise dos artigos

selecionados, foi possível confirmar como a geografia como disciplina é pouco representativa no que toca trabalhar as questões de gênero no seu ensino. São muitas as temáticas que podem ser trabalhadas a partir da geografia pautadas nos estudos de gênero, como já foram citadas nesse trabalho. A geografia escolar tem um papel fundamental na formação cidadã dos/das estudantes enquanto sujeitos protagonistas da sua história. Associar os estudos de gênero nesse processo formativo forma sujeitos críticos/as da sua representação na ocupação do espaço, valorizando, reconhecendo e respeitando as diversidades que também estão presentes nessa produção.

Para concluir, essa pesquisa teve o anseio de analisar essas produções científicas selecionadas na Revista Latino-americana de Geografia e Gênero ligadas aos estudos de gênero e sua relação com a educação geográfica. Verificamos, então, que as mais diversas áreas de estudo da geografia, como a ocupação do espaço, as relações de trabalho, políticas, questões sobre o estudo e representação de mulheres, violência, entre outros, assim como a desconstrução de materiais didáticos que carregam estereótipos de gênero e pouca representatividade feminina são temáticas possíveis de se estudar fazendo relação com a educação geográfica e os estudos de gênero, fugindo de uma ciência de memorização e valorizando a sociedade plural. Hoje, nós precisamos de estudos que, além das complexidades da sociedade, compreendam também as relações socioespaciais, focando nos diferentes sujeitos que estão nesse espaço. Assim, a geografia pode contribuir para minimizar o desrespeito nessa (re)formulação do meio, utilizando os estudos e pesquisas de gênero para colaborar com as reflexões acerca de uma sociedade diversificada. Essas questões necessitam ser atravessadas pela geografia, que é uma ciência que busca problematizar práticas cotidianas que normalizam as desigualdades no dia a dia, na busca de romper com estereótipos estabelecidos pelas relações de poder entre homens e mulheres.

REFERÊNCIAS

- BASILIO, Luciana. As Educadoras e o Sistema de Ensino do Município de Porto Velho: Uma História de Ausências. **Revista Latino-americana de Geografia e Genero**, Ponta Grossa, v. 5, n. 2, p.209-229, 2014. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).
- BRANDÃO, Jéssica Justino; FONSECA, Ricardo Lopes. A Utilização da Mídia Publicitária no Ensino de Geografia: Uma Oficina Pedagógica acerca da Discriminação da Mulher. In: **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 10, n. 1, p. 181196, 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular** (Segunda Versão). Ministério da Educação, Brasília, DF: MEC, 2016a. Disponível em: <<http://historiadabncc.mec.gov.br/documentos/bncc2versao.revista.pdf>>. Acesso em: 20 set 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998a.
- BRITO, Leandro Teofilo de; FREITAS, José Guilherme de Oliveira; SANTOS, Mônica Pereira dos. “Não, Isso não é Coisa pra Homem” - Masculinidades e os Processos de Inclusão/Exclusão em uma Escola da Baixada Fluminense – RJ. **Revista Latino-americana de Geografia e Genero**, Ponta Grossa, v. 5, n. 2, p.114-125, 2014. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).
- CALLAI, Helena Copetti. A geografia escolar – e os conteúdos da Geografia. **Anekumene: Geografia, cultura y educación**. Bogotá, v. 1, p.128-139, fev. 2011.
- CARMO, Ana Paula Rezende. *et al.* Refletindo sobre gênero, etnia e diversidade no ensino de geografia. In: **IV Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da UEG**, 4, 2017, Pires dos Rios. Anais... Goiás: UEG, 2017.
- CORRÊA, Anderson Rodrigues; FREITAS, Letícia Fonseca Richthofen de. A escola em diáspora. **Revista Latino-americana de Geografia e Genero**, Ponta Grossa, v. 2, n. 2, p.085-092, 23 jul. 2011. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).
- CORREIO, Juliana Lopes Garcia; TOSCANO, Carlos. Significações de um personagem de desenho animado no espaço escolar: um estudo sobre gênero na Educação Infantil. **Revista Latino-americana de Geografia e Genero**, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p.98-108, 2016. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).
- COSTA, Carmem Lúcia. A presença e ausência do debate de gênero na geografia do Ensino Fundamental e Médio. **Revista Latino-americana de Geografia e Genero**, Ponta Grossa, v. 2, n. 2, p.076-084, 23 jul. 2011. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

DAHER, Júlia. **De Olho nos Planos**. Base nacional aprovada, como fica a questão de gênero na escola? 2018. Disponível em: <<http://www.deolhonosplanos.org.br/bncc-aprovada-genero-orientacao-sexual/>>. Acesso em: 17 set. 2019.

FERREIRA, Telma et al. Qual Espaço para Discutir Gênero? **Revista Latino-americana de Geografia e Genero**, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p.169-183, 2015. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

FONSECA, João José Saraiva da. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREITAS, Bruno; BERNARDES, Maria Beatriz Junqueira. A Geografia dialogando com as ciências naturais e as artes para a compreensão interdisciplinar e crítica acerca de questões de gênero no contexto contemporâneo. **Revista Latino-americana de Geografia e Genero**, Ponta Grossa, v. 7, n. 2, p.105-129, 2016. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

FURLANI, Jimena. **Educação Sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta em respeito às diferenças**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

FURLANI, Jimena. Representações da mulher e do feminino na mídia impressa brasileira: desconstruindo significados na Educação Sexual. IN: Secretaria de Estado da Educação; Estado do Paraná. Curitiba: SEED; **Cadernos Temáticos da Diversidade**, 2009, p.131-158.

GETE: Grupo de Estudos Territoriais. Grupo de Estudos Territoriais. 2003. Disponível em: <<http://www.gete.net.br/>>. Acesso em: 20 set. 2019.

GONÇALVES, Josiane Peres; CARVALHO, Viviane de Souza Correia de. Estudo das Representações Sociais de Professores Homens de Mato Grosso do Sul Sobre o Trabalho Realizado com Crianças. **Revista Latino-americana de Geografia e Genero**, Ponta Grossa, v. 7, n. 2, p.93-104, 2016. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

GRAUPE, Mareli Eliane; LOCKS, Geraldo Augusto; SOUSA, Lúcia Aulete Búrigo de. Políticas públicas de gênero no contexto escolar: percepções de orientadoras educacionais. **Revista Latino-americana de Geografia e Genero**, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p.197-213, 18 fev. 2019. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

HONORATO, Rafael Ferreira de Souza; PEREIRA, Maria Zuleide da Costa. Gênero nas Políticas Educacionais do Estado da Paraíba: (Des)Continuidades. **Revista Latino-americana de Geografia e Genero**, Ponta Grossa, v. 8, n. 2, p.263-283, 2017. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

LES ONLINE: Publicação Digital Sobre Questões Lésbicas. Publicação Digital Sobre Questões Lésbicas. 2009. Disponível em: <<https://lesonlinesite.wordpress.com/>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

OLIVEIRA JÚNIOR, Isaias Batista de; OLIVEIRA, Marta Regina Furlan de; MAIO, Eliane Rose. Alienígenas na Escola: Corpos que Escapam ao Processo de Re/Produção dos Gêneros Imutáveis. **Revista Latino-americana de Geografia e Genero**, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p.385-405, 2017. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves. (Orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Massa Edições, 2012. p. 23-42.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença: uma introdução**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PETITAT, André. **Produção da escola/produção da sociedade: análise sócio histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

REIS, Maíra Lopes. Estudos de gênero na geografia: uma análise feminista da produção do espaço. In: **Espaço e Cultura**. V. 38, 2015. Rio de Janeiro: UERJ, 2015, p.11 a 34.
Revista Latino Americana de Geografia e Gênero. Ponta Grossa: Uepg, v. 10, 2010. Semestral. Disponível em: <<https://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg/index>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

RIBEIRO, Ddjamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2018.

ROSSINI, Rosa Ester. **Ensino e Educação com Igualdade de Gênero na infância e na Adolescência: Guia Prático para Educadores e Educadoras**. São Paulo: USP-CNPq-NEMGE, 2ª edição Revista e ampliada, 2006.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e realidade**. V. 20, nº 2, 1995. Porto Alegre: UFRS, 1995, p. 71 a 97.

SILVA, Joseli Maria. **Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. 1 ed. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009b, v. 1.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2009. p. 31-42.

TONINI, Ivaine Maria. **Identidades capturadas: gênero, geração e etnia na hierarquia territorial dos livros de geografia**. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de PósGraduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002, p. 58-81.